Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Agro-Bioenergia

Período de Análise: junho de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL 5

Biodiesel 5

Biodiesel limita queda nos postos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/06/2009 5

Empresa vê economia de US$ 150 mi com biodiesel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/06/2009 6

Vale investe US$ 305 milhões em biodiesel – Patrick Cruz – Valor Econômico agronegócios – 24/06/2009 6

Amyris negocia compra de usina no Centro-Sul – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009 7

Etanol 9

Abastecer com álcool é vantajoso em 19 Estados – Sítio eletrônico da CNA – 01/06/2009 9

Demora das negociações deixa canavieiros insatisfeitos, eles querem 20% de reajuste – Sitio Eletrônico da Contag - 08/06/2009 9

Empresas prevêem cenário mais positivo – Renée Pereira, Eduardo Magossi e Gustavo Porto - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/06/2009 11

Usinas trocam etanol pelo Açúcar – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/06/2009 12

Setor sucroalcooleiro vê cenário melhor – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009 14

Elevar produção de álcool sem desmatar é desafio ao Brasil, afirma Bill Clinton – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009 15

Preço do álcool cai 6% no mês em São Paulo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2009 16

Usina é multada por exploração no corte de cana – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2009 16

Usinas de álcool dão calote no fisco de SP – Cátia SEABRA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/06/2009 17

Crise financeira seca o crédito para o setor – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/06/2009 18

Carro a álcool segura consumo de combustíveis – Samantha Lima – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/08/2009 19

Zoneamento da cana e credibilidade – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/06/2009 20

Usinas tentam tirar 500 anos de atraso – Mariana Barbosa - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2009 22

Cosan espera aumentar moagem de cana até 30% em 2009/10 – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009 25

'Briga' pelo 2º lugar no ranking dos Estados produtores de cana – Valor Econômico – Agronegócio – 16/06/2009 25

Marambaia ganha sócio e prepara projetos para atrair aportes em etanol – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 17/06/2009 26

Bunge centra aportes em açúcar e álcool – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 18/06/2009 27
Após prejuízo em 2008/09, Guarani volta a avaliar aportes em expansão – Fernando Lopes – Valor Econômico – agronegócios – 24/06/2009 29
Estrangeiros avançam nos canaviais – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 30/06/2009 30

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS 35
Biodiesel 35
Petrobras dá verbas a entidade com irregularidades - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 11/06/2009 35
Mistura de biodiesel no diesel vigora amanhã – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009 36
Biodiesel: aumento de mistura eleva demanda em 420 milhões/litros – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009 37
Com mais biodiesel, cai importação de oleo – Chico Santos – Valor Econômico – Brasil – 30/06/2009 37
Etanol 39
Lula anuncia acordo sobre condições de trabalho nos canaviais – Sítio Eletrônico da CNA – 15/06/2009 39
Pacto trabalhista no setor sucroalcooleiro deve ser anunciado este mês – Sítio Eletrônico da CNA – 15/06/2009 39
Brasil discute a importância dos plantios florestais para obtenção de energia renovável – Sítio Eletrônico da Contag - 02/06/2009 40
"Nos próximos 10 anos, pais se manterá líder em etanol" – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/06/2009 42
Governo quer acabar com o "gato" no campo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009 43
Setor quer qualificar cortador para exercer diversas funções – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009 43
Brasil terá centro para álcool de cellulose – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 11/06/2009 44
Pacto trabalhista no setor sucroalcooleiro deve ser anunciado este mês – Sítio Eletrônico da CNA – 17/06/2009 45
Brasil firma acordo para melhorar condições de trabalho nos canaviais – Sítio Eletrônico da CNA – 25/06/2009 46
Lula espera menos críticas ao etanol do Brasil após acordo de hoje – Sítio Eletrônico da CNA – 25/06/2009 47
Energia renovável pode ser produzida por agricultores familiares – Sítio Eletrônico da Contag - 22/06/2009 48
CPT critica falsa tentativa de certificação do etanol – Sítio eletrônico da CPT – 25/06/2009 50
País quer combater trabalho escravo – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2009 52
Energia eólica é suficiente para suprir o mundo – Estado de São Paulo – Vida & - 23/06/2009 54

Etanol aparece em relatório de trabalho escravo – Folha de São Paulo – Brasil – 17/06/2009 57
Usina não será obrigada a dar comida a cortadores de cana – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2009 57
Trabalhador quer piso nacional, e usineiro, mais políticas públicas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2009 59
Lula assina termo de boas práticas para o setor – Sítio Eletronico da Contag - 26/06/2009 59
Presidente Lula anuncia acordo entre cortadores de cana e usineiros – Sítio Eletrônico da Contag - 25/06/2009 62
Presidente antecipa acordo com usineiros – Valor Econômico – Brasil – 16/06/2009 63
Presidente Lula minimiza críticas às condições de trabalho nos canaviais – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009 64
IAC lança variedades de cana para o Cerrado – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 29/06/2009 65

RELAÇÕES INTERNACIONAIS 67
Biodiesel 67
Brasil precisa provar que etanol é sustentável, diz Bill Clinton – Sítio eletrônico da CNA – 02/06/2009 67
Brasil precisa provar que etanol é sustentável, diz Bill Clinton – Renée Pereira, Eduardo Magossi e Gustavo Porto - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/06/2009 68
Lula: melhora da imagem do etanol favorece Brasil – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009 68
O novo termo bizarro da política do etanol americano – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009 69
Ruralistas dos EUA minam etanol do Brasil **– Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009** ..71
Ruralistas dos EUA minam etanol do Brasil – Ricardo Bathazar – Valor Econômico – Agronegócios – 29/06/2009 73

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Biodiesel limita queda nos postos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/06/2009

A mistura de biodiesel ao óleo diesel comum vai impedir que o preço do combustível, que terá redução de 15% a partir de hoje nas refinarias, recue ainda mais nos postos. A mistura vai aumentar de 3% para 4% no mês que vem. Por conta disso, a diminuição do preço do diesel aos consumidores, que poderia ser de 10,5%, ficará em 9,6%.

O biodiesel é produzido a partir do óleo vegetal, principalmente de soja. O litro do biodiesel, no entanto, é mais caro do que o litro do diesel comum. Dessa forma, quanto mais biodiesel misturado ao diesel, maior a pressão para cima no preço praticado nos postos.

No último leilão de biodiesel, o preço médio do combustível renovável ficou em R$ 2,31. O litro do diesel de petróleo, sem impostos e antes da redução, estava aproximadamente em R$ 1,25.

Empresa vê economia de US$ 150 mi com biodiesel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/06/2009

A Vale espera economizar US$ 150 milhões por ano com a utilização de biodiesel em suas locomotivas do Sistema Norte e nos equipamentos de grande porte da mina de Carajás. A informação foi dada ontem pelo diretor-executivo da área de Logística, Gestão de Projetos e Sustentabilidade, Eduardo Bartolomeo.
Um dia após anunciar parceira com a Biopalma da Amazônia para produzir biodiesel do óleo de palma, a empresa reafirmou sua intenção de apostar em novas formas de energia e já testa no Sistema Sul a utilização de gás natural associado a diesel em suas locomotivas. "Vencemos a barreira da armazenagem e os testes estão sendo um sucesso. Em 2011, estaremos aptos para adaptação e conversão das máquinas", diz Bartolomeo, informando que já existe uma locomotiva flex na ferrovia Vitória-Minas, com diesel e gás natural. Na fase de testes, a concentração do gás varia entre 50% e 70% do combustível utilizado pelo trem, informou a companhia em um comunicado antes da entrevista.
Segundo Bartolomeo, os testes terminam entre o fim de 2009 e meados de 2010, e a conversão das 350 locomotivas que trafegam na ferrovia que atende o Sistema Sul (Minas Gerais) será feita em 2011. Com o início da operação, a Vale vai deixar de emitir 73 mil toneladas de CO2 equivalente na atmosfera.
A diretora de Energia da Vale, Vânia Somavilla, nega que a empresa vá utilizar o gás natural que está buscando no litoral brasileiro. "A exploração está em fase inicial…(o uso do gás descoberto pela Vale) vai depender da determinação do volume para ver se vai ser possível explorar comercialmente", disse Vânia. Segundo os executivos, a empresa pretende pesquisar outras formas de energia, inclusive solar e eólica, esta já em fase de estudos.

Vale investe US$ 305 milhões em biodiesel – Patrick Cruz – Valor Econômico agronegócios – 24/06/2009

A Vale anunciou no início da noite de ontem que investirá US$ 305 milhões em seu projeto para a produção de biodiesel a partir da palma. Desse total, segundo a companhia, US$ 40 milhões serão desembolsados ainda em 2009. O anúncio estava programado inicialmente para hoje.

O projeto será desenvolvido com a Biopalma, empresa criada em 2007 e ligada ao Grupo MSP, que tem negócios principalmente na área de mineração. Embora tenha sido anunciado oficialmente ontem, o contrato entre a Vale e a Biopalma foi assinado no dia 30 de abril. O Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (CBOP), como o projeto foi formalmente batizado, terá 59% de seu controle nas mãos da Biopalma e 41% nas da Vale.

Ainda segundo o comunicado, a produção de biodiesel a partir do óleo de palma deverá começar em 2014. A capacidade da unidade será de produção de 500 mil toneladas de óleo de palma e de 160 mil toneladas de biodiesel por ano.

A Vale pretende, com o projeto, abastecer sua frota de locomotivas da Estrada de Ferro Carajás e máquinas e equipamentos de grande porte das minas de Carajás, no Pará. A mistura a ser utilizada no maquinário será na proporção de 20% de biodiesel e 80% de diesel mineral. No parecer sobre o projeto da Secretaria de Direito Econômico (SDE), ligada ao Ministério da Justiça, Vale e Biopalma informam que a divisão da produção de óleos ou outros produtos ocorrerá na proporção que cada uma tem no projeto.

O plantio de palma pela Biopalma já ocorreu em pelo menos 5 mil hectares no município de Moju (PA), em trabalho iniciado antes da assinatura do contrato com a Vale, conforme apurou o Valor. Segundo informações fornecidas pela Biopalma ao Banco da Amazônia, o plantio de palma ocupará 40 mil hectares.

O projeto paraense marcará a estreia da Vale e da Biopalma no mercado de óleos vegetais. Em 2008, logo depois de formalizar sua criação, a Biopalma foi acusada de forçar pequenos agricultores a venderem seus lotes, inclusive os de áreas quilombolas em processo de reconhecimento, de acordo com relatório da organização não-governamental Repórter Brasil.

No estudo, de setembro, a ONG cita Antonina Borges, presidente da Associação dos Quilombolas de Nova Esperança de Concórdia (Aquinac), que relata o modus operandi das vendas de áreas para o projeto. "Começaram a aparecer intermediários comprando terras para a empresa. O preço oferecido pelos lotes girava em torno dos R$ 30 mil, e o discurso usado era que aqueles que não tinham títulos de posse seriam despejados pela Justiça. Com medo, muitos venderam", disse ela, segundo o relatório. O Valor não conseguiu contato com o escritório da Biopalma em Belém. A Vale não respondeu os pedidos de entrevista, feitos antes da divulgação de seu comunicado.

Amyris negocia compra de usina no Centro-Sul – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009

A Amyris do Brasil, braço da empresa de desenvolvimento de novos combustíveis sediada na Califórnia, está em fase final de negociação para a compra de sua primeira usina sucroalcooleira no país. Cinco empresas da região Sudeste foram prospectadas. A aquisição é a etapa final para que a Amyris comece a produzir diesel de cana-de-açúcar na safra 2011.

A tecnologia teve sua planta-piloto inaugurada em meados de 2008, em Campinas, e ganhou na quinta-feira uma versão mais potente - a chamada planta de demonstração, com escala de produção de até 40 mil litros de diesel de cana por ano. É nesta planta que a Amyris fará os ajustes finais, enquanto submete a tecnologia para testes do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e aprovação da Associação Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "É o último passo antes de converter uma usina", diz

Fernando Reinach, membro do conselho executivo da Amyris e diretor-executivo da Votorantim Novos Negócios, um dos cinco maiores investidores da empresa americana.

A compra deverá ser concretizada até agosto, esperam os executivos. Isso porque a Amyris necessita de um tempo de adaptação da planta sucroalcooleira para produção de diesel (retrofit, no jargão do setor), de modo que consiga iniciar as operações em 2011. Segundo a empresa, o custo de adaptação para uma planta que produz 2,5 milhões de toneladas de cana por ano é de US$ 50 milhões.

Até o ano passado, a candidata natural para a produção de diesel de cana era o grupo Santaelisa Vale, de Sertãozinho (SP), cuja subsidiária Crystalsev era sócia da Amyris neste projeto. Recentemente, a Amyris adquiriu de volta os 50% de participação que pertencia à Crystalsev. Em entrevista ao Valor, executivos da Santelisa confirmaram que o grupo se desfez dessa fatia significante, uma vez que a empresa tinha necessitava fazer caixa.

Fontes do setor afirmam que a CNAA (Companhia Nacional do Açúcar e do Álcool), que também tinha parceria com a Santelisa até fevereiro, foi apontada como futura parceira da Amyris. Procurado, o principal executivo da CNAA não retornou às ligações. Com três usinas no país, a CNAA fez captações de R$ 400 milhões no início do ano para tocar seus projetos de usinas e realizar futuros investimentos.

"A Amyris está procurando usinas de pequeno porte para tocar seu projeto no Brasil. Neste caso, não temos como fazer associação com eles", afirmou um executivo de um grande grupo ao Valor.

Segundo John Melo, CEO da Amyris, o diesel de cana não virá para retirar o mercado do etanol. Ao contrário, o produto foi concebido para diminuir a dependência das importações do diesel, um produto altamente prejudicial ao ambiente por ter como matéria-prima o petróleo e conter alto teor de enxofre. Hoje, o Brasil consome cerca de 45 bilhões de litros de diesel por mês. "É importante para a balança brasileira, que hoje exporta petróleo e importa diesel. Cerca de 5 bilhões de litros são importados atualmente", afirma Reinach.

Do ponto de vista do usineiro, lembra Melo, há também vantagens econômicas. "Eles podem produzir açúcar, etanol e diesel - mas com a vantagem de o diesel custar bem mais que o etanol", diz o CEO. De acordo com ele, o barril do diesel é comercializado hoje a US$ 106. O do etanol, US$ 56.

Outra vantagem é que a tecnologia é desenvolvida para usar exclusivamente a cana como matéria-prima, o que trará o desenvolvimento dessa indústria ao Brasil.

O diesel de cana pertence à chamada segunda geração de combustíveis, fortemente amparados na biotecnologia. Ao contrário do biodiesel, ele não tem em sua composição óleos vegetais. "A técnica é a utilização de uma levedura geneticamente modificada para atuar na fermentação da cana. Essa levedura permite que a garapa se transforme em diesel e não em etanol", diz Reinach. O pulo do gato da Amyris, neste caso, foi a identificação de uma molécula - o farneseno - que sintetizasse as características do diesel de petróleo.

A empresa afirma ainda que o novo diesel dará outros usos à cana e abrirá portas para demais combustíveis à base da matéria-prima, como a gasolina e o querosene.

Etanol

Abastecer com álcool é vantajoso em 19 Estados – Sítio eletrônico da CNA – 01/06/2009

O preço do álcool combustível (etanol) está competitivo no tanque dos carros flex fuel em 19 Estados brasileiros, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), compilados pela Agência Estado, referentes à semana terminada na última sexta-feira (dia 29). A vantagem é calculada considerando que a potência energética do motor a álcool é de 70% dos motores à gasolina. A gasolina segue vantajosa em seis Estados brasileiros e, nas outras duas unidades da federação é indiferente o uso do etanol ou da gasolina pelo consumidor.

Segundo o levantamento, considerando-se que o preço do álcool combustível é competitivo ante o da gasolina se representa até 70% do valor, os Estados onde a vantagem do etanol é mais significativa são, nesta ordem: Mato Grosso (preço do etanol é 50,98% do preço da gasolina - até 70% o etanol é competitivo), São Paulo (51,37%), Paraná (53,44%), Espírito Santo (58,11%), Bahia (59,64%), Pernambuco (61,31%) e Mato Grosso do Sul (62,44%). Os sete estados mais competitivos respondem por 70% do consumo de álcool do país.

Já a gasolina continua mais vantajosa principalmente em Roraima (preço do etanol é 80,17% do valor da gasolina), Pará (74,32%) e Amapá (73,19%), enquanto é indiferente utilizar etanol ou gasolina no tanque no Paraíba e no Amazonas.

Preços

O levantamento também revela que os preços médios do etanol combustível caíram nos postos de 19 Estados brasileiro no período analisado. As cotações subiram em oito unidades da federação. As maiores quedas foram registradas no Mato Grosso (-5,46%), Distrito Federal (-2,55%), Paraná (-2,02%) e Pará (-1,59%). As altas foram registradas no Rio Grande do Norte (+1,60%), Amazonas (+0,95%) e Paraíba (+0,79%).

Demora das negociações deixa canavieiros insatisfeitos, eles querem 20% de reajuste – Sitio Eletrônico da Contag - 08/06/2009

A demora das negociações da Convenção dos Canavieiros irrita e causa insatisfação entre os 50 mil cortadores de cana no estado de Goiás. Nesta sexta-feira (5), os usineiros não

apresentaram resposta à reivindicação de 20% de reajuste salarial e fornecimento de alimentação gratuita aos trabalhadores rurais da cana. Eles estão na sexta rodada de negociações e até agora não aconteceu nenhum avanço. "Nós não suportamos mais essa situação de ganhar pouco e ver os usineiros somente lucrando", reclamou um representante de um Sindicato de Trabalhadores Rurais, durante a negociação.

A direção da Fetaeg, que conduz o processo de negociação com os usineiros e os representantes dos 50 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, não descarta a possibilidade de endurecer nas negociações com os patrões. "Nós estamos lutando pelo reajuste e a alimentação gratuita, e vamos lutar até o fim, se possível, vamos mobilizar nossos companheiros no canavial", disse José Maria de Lima, secretário de Assalariados da Fetag. Em depoimentos durante a última rodada de negociação, os dirigentes disseram que há clima de irritação nos canaviais, pois há um mês que usineiros sabem da proposta de reajuste e não decidem nada sobre o índice para o salário base dos canavieiros.

Depois dessa rodada de negociações, os presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, saíram dispostos a construir uma estratégia de luta para pressionar os usineiros. Na quarta-feira, 10 de junho, usineiros e trabalhadores voltam à mesa de negociação. "Na próxima semana já teremos decisão sobre o que os trabalhadores vão fazer se os usineiros não atenderem a nossos pedidos", alertou José Maria de Lima.
Fonte: Agência Contag de Notícias com informações da Fetaeg

Empresas prevêem cenário mais positivo – Renée Pereira, Eduardo Magossi e Gustavo Porto - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/06/2009

O setor sucroalcooleiro já começa a vislumbrar um cenário mais positivo para o etanol no segundo semestre deste ano. Depois de sofrerem um grande baque por causa da escassez de crédito, provocada pela crise mundial, as empresas acreditam que os preços do combustível possam atingir patamares mais vantajosos a partir de agosto, o que ajudaria a recompor o caixa e melhorar a situação financeira. Uma das principais explicações para o otimismo está na produção de açúcar, cujo preço no mercado internacional está bastante atrativo por causa da quebra da safra da Índia, que passará de exportadora a importadora.

"Boa parte das empresas tem flexibilidade para produzir mais açúcar, que tem demanda e preço. Isso vai influenciar o mercado de etanol", disse ontem em São Paulo o diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues, durante a segunda edição do Etanol Summit. A expectativa para este ano é que 45% da safra seja destinada à produção de açúcar e o restante para o etanol. No ano passado, a participação era de 40% e 60%, respectivamente.

Pádua explica que a produção menor de etanol, aliada ao aumento do consumo, incentivado pelo preço baixo do produto e pela expansão da frota bicombustível, vai recuperar as receitas das empresas. "O fundo do poço já passou." Ele ressaltou, entretanto, que não se espera para este ano uma retomada aos níveis pré-crise.

O volume de investimentos continuará baixo este ano. O que deverá entrar em operação refere-se a projetos já iniciados no passado. O vice-presidente de Tecnologia e Desenvolvimento da Dedini, fabricante de equipamentos para usinas, confirma a informação. "Hoje, trabalhamos com 70% da capacidade instalada ocupada. Mas o problema não é agora, pois tínhamos encomendas feitas antes da crise. Nossa preocupação é a partir do último trimestre do ano."

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que hoje há 84 projetos do setor aguardando avaliação da instituição para financiamento. Desses, 46 empreendimentos já estão em análise,

afirmou o executivo. Todos eles, no entanto, são de antes da crise financeira.

Sobre a dificuldade que as empresas têm enfrentado para conseguir acessar a linha de crédito para capital de giro do banco, Coutinho afirmou que gostaria de ser informado dos problemas. "Se o sistema não está disponibilizando o dinheiro, queremos saber o porquê para encontrarmos uma alternativa."

O empresário Rubens Ometto, presidente do Grupo Cosan, maior conglomerado sucroalcooleiro do mundo, afirmou que o setor ainda se ressente da falta de crédito para capital de giro. "O setor é muito intensivo em capital e, por isso, demora mais para se recuperar. É um setor que produz em sete meses, vende em doze e você, sem sombra de dúvida, precisa de capital de giro para isso", disse Ometto.

Indagado se sua empresa enfrentava problemas na obtenção de recursos para a estocagem de álcool na safra, Ometto disse que não podia fazer uma avaliação, mas que outros representantes do setor tinham reclamado do atraso na liberação de créditos pelo BNDES, um total de R$ 2,5 bilhões.

Usinas trocam etanol pelo Açúcar – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/06/2009

A alta nos preços do açúcar motivada pela queda na produção mundial está ajudando o setor sucroalcooleiro a escapar da crise. Nesta safra, pela primeira vez em quatro anos, as usinas estão reduzindo a produção de álcool e destinando mais cana para fazer açúcar. A boa cotação do produto brasileiro, que acumula alta de mais de 50% na atual safra em relação à anterior, vai garantir uma receita extra de US$ 2 bilhões (cerca de R$ 4 bi) apenas com as exportações.

De acordo com Plínio Nastari, presidente da Datagro, uma das principais empresas de consultoria do setor, o Brasil vai exportar 20% mais de açúcar este ano, com um valor entre 15% e 20% maior que no ano passado. A receita deve subir de US$ 5,48 bi para US$ 7,57 bilhões. A produção brasileira, na safra atual em relação à anterior, subirá de 31,1 milhões de toneladas para 35,9 mi/ton, conforme a previsão da Datagro. Já as exportações crescem de 20,4 mi para 24,5 mi/ton.

Nastari conta que os preços reagiram à queda na produção nos principais mercados

produtores. A Índia, que havia produzido 26,4 milhões de toneladas na safra 2007/08, produziu apenas 14,5 milhões na última safra. Como o ciclo produtivo da cana naquele país é muito curto - 18 meses, enquanto no Brasil chega a 72 meses - a elevação nos preços do trigo, milho e algodão levou muitos produtores a migrarem para essas culturas. A Índia consome 22,5 milhões de toneladas e foi obrigada a importar açúcar. Outros países estão com estoques baixos: o México reduziu a produção em 3,1 milhões de toneladas e a China, em 2,3 milhões.

No momento, segundo Nastari, o Brasil é o único país com crescimento significativo na produção e exportação de açúcar. "Mesmo assim, esse crescimento é insuficiente para fazer frente ao déficit mundial." Como as usinas brasileiras têm tecnologia para adaptar rapidamente seu mix, a produção foi ajustada para atender à maior demanda. Ele explica que a matéria-prima do açúcar e do álcool é a mesma: o caldo extraído da cana na moagem. A partir daí, a produção se diferencia por uma decisão da empresa que leva em conta o mercado. A produção de álcool, que em 2008 absorveu 60,4% da cana moída, este ano vai se limitar a 57,2% - o restante irá para o processo de cristalização. "Os preços do açúcar vão se manter elevados porque o déficit mundial não será suprido rapidamente", prevê o presidente da Datagro.

É no que acredita também o vice-presidente comercial da Cosan S/A, Marcos Lutz. O maior grupo sucroalcooleiro do mundo direcionou 55% da sua produção para o açúcar. "O porcentual equivale à nossa capacidade máxima para esse produto", disse Lutz. Nesta safra, o grupo vai moer 56 milhões de toneladas de cana, 12 milhões a mais que na anterior. Tradicionalmente a Cosan é grande produtora de açúcar, mas em anos recentes, de olho no crescimento do mercado de etanol, a empresa ampliou a participação do álcool em seu mix. A companhia produz 4,3 milhões de toneladas de açúcar e 2,2 bilhões de litros de álcool. Em Goiás, a Cosan tem uma planta exclusiva para etanol e a destilaria Gasa, em Andradina (SP) foi expandida para fabricar mais álcool. O problema é que, neste momento, o preço do álcool está muito baixo, segundo Lutz. "Está abaixo do custo de produção, por isso o açúcar é importante, pois equilibra a conta."

O bom preço dessa commodity, no entanto, não significa o fim da crise no setor, na opinião do executivo. "As destilarias que só produzem álcool estão em sérias dificuldades." As previsões da Datagro indicam uma redução nas exportações de álcool de 4,85 bilhões de litros para 4 bilhões. Entre as causas estão a queda na cotação do petróleo e as barreiras à exportação para os Estados Unidos.

Pode haver aumento moderado na produção apenas para atender o mercado interno. A médio prazo, segundo Nastari, deve haver uma convergência positiva de preços, com a redução na diferença de preços entre o açúcar e o álcool. Ele disse que o setor ainda vive uma ressaca dos últimos dois anos em crise, com o endividamento elevado e alta no custo de produção. "Mas o momento é de transição para melhor. As margens de ganho voltaram para o açúcar e devem voltar também para o álcool, possivelmente em agosto ou setembro deste ano." Ele compara a situação do setor a um avião em queda que se estabiliza e começa a retomar a ascendente. "Não dá para dizer que é tudo róseo, mas o pior já passou."

Setor sucroalcooleiro vê cenário melhor – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009

Momento é mais propício ao açúcar, pois oferta está menor do que a demanda; álcool deve se recuperar em agosto/setembro

Pessimismo dominou no início da safra, mas agora há mais otimismo; usinas estão conseguindo produzir, financiar e exportar mais

As nuvens cinzentas que pairam sobre o setor sucroalcooleiro parece que estão se dissipando. Houve uma mudança de cenário nos últimos meses e, embora parte das usinas ainda tenha dificuldades para sair da crise, outras já apresentam um horizonte bem melhor.

Essa é a visão de vários participantes do Ethanol Summit, encontro do setor iniciado ontem, em São Paulo, e que termina amanhã. Organizado pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o evento serve para o setor "refletir e debater sobre suas perspectivas", segundo Marcos Jank, presidente da entidade.

O setor está dividido, diz Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura. "As usinas que se endividaram ainda passam por um processo difícil. Já as que não contraíram dívidas estão se saindo bem. Deve haver concentração maior no setor."

O setor vive um cenário bom para o açúcar, cuja oferta está menor do que a demanda, mas o álcool tem preços que não remuneram adequadamente. Com preços baixos, as usinas sem crédito colocam mais álcool à venda, depreciando ainda mais os preços. Essa queda reflete diretamente na renda dos fornecedores de cana, segundo Rodrigues.

Na avaliação do ex-ministro, o setor passa por um processo de saneamento, mas o cenário de 2010 será melhor. Prova disso é a busca de negócios no setor por parte das petrolíferas.

Plinio Nastari, presidente da Datagro, também vê um cenário melhor para o setor. "Após termos chegado ao fundo do poço, estamos saindo da crise", diz ele. Não haverá, no entanto, expansão acelerada porque o setor vive uma ressaca, diz.

O açúcar, produto que dá mais liquidez ao setor no momento, tem déficit mundial de 7,8 milhões de toneladas na safra 2008/9. Na próxima safra, o déficit se manterá, e a oferta deverá ser 4,5 milhões inferior à demanda, segundo Nastari.

Já o álcool, com preços baixos no momento, deve se recuperar a partir de agosto e setembro, devido à menor oferta.

Antonio de Padua Rodrigues, da Unica, diz que a safra começou com pessimismo muito grande, "mas já está havendo uma transição para o otimismo, principalmente devido ao açúcar". As usinas estão conseguindo produzir, financiar e exportar, tendo fluxo de caixa.

Mas não são todas. "Muitas usinas enfrentam problemas de liquidez, de falta de crédito e não conseguem obter financiamento nem para construir estoques", diz ele.

Ajuste no Mercado

Internamente, os preços baixos aumentaram a demanda. Do lado externo, as exportações estão fortes e somaram 400 milhões de litros no mês passado. Com as usinas voltadas para o açúcar, mais rentável, a produção de álcool deve crescer pouco. "O mercado vai fazer um ajuste de oferta e demanda via preço", afirma o diretor da Unica.
O setor de fornecimento de equipamentos, um dos mais afetados pela crise, também começa a sentir um cenário melhor. "Voltaram as consultas, mas ainda não ocorreram novos negócios", afirma José Luiz Olivério, vice-presidente de tecnologia e desenvolvimento da Dedini Indústria de Base.
Luciano Coutinho, presidente do BNDES, diz que o banco também aumentou a participação no setor sucroenergético neste ano. De janeiro a abril, o BNDES já desembolsou R$ 3,2 bilhões, 36% acima do volume de igual período de 2008.
O setor de máquinas agrícolas, que ainda sente fortemente a crise financeira vivida pelo agronegócio, também foi "surpreendido positivamente nos últimos dois meses", quando houve melhora nas vendas de colhedoras de cana, segundo Ari Kempenich, da Case IH.

Elevar produção de álcool sem desmatar é desafio ao Brasil, afirma Bill Clinton – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009

Para o ex-presidente americano (1993-2001) Bill Clinton, o problema da mudança climática só poderá ser resolvido quando as soluções em questão forem economicamente interessantes para indivíduos, empresários e países. Ele também considera o etanol brasileiro superior, mas diz que produzi-lo sem agredir o ambiente é um desafio ao país.

"Se não alterarmos o ritmo de emissão de gases-estufa, em 2100 a temperatura da Terra terá subido 9C. Teremos, então, que retirar entre 65 milhões e 100 milhões de pessoas das zonas costeiras", alertou. "Podemos vencer esse desafio, mas isso só será possível se encontramos um jeito economicamente viável de fazê-lo." Aí também está a chave para reduzir as instabilidades e a desigualdade do mundo moderno, diz.
Outra medida econômica que julga crucial contra a mudança climática é "colocar um preço" nas emissões de carbono. "Assim, a preocupação com esses encargos favoreceria o álcool da cana-de-açúcar. Estados americanos mais progressivos, como a Califórnia, podem achar que é mais viável importar etanol", afirmou.

Hoje, os EUA taxam o álcool brasileiro em US$ 0,54/galão, inviabilizando a importação.

Clinton participou, ontem, do fórum "Ethanol Summit 2009", realizado por empresas produtoras de álcool combustível em São Paulo.

Após deixar a Presidência dos EUA, ele criou uma fundação que leva o seu nome e defende variadas causas, como o tratamento da Aids, o combate à obesidade infantil e o desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Clinton disse não ter dúvidas de que o etanol de cana é o mais eficiente, mas alertou para que o país não eleve o seu próprio nível de emissão de gases-estufa caso a expansão da cultura da cana desloque os produtores de soja, levando-os a desmatar a floresta tropical. "O país precisa resolver esse dilema local antes de pensar em oferecer soluções globais", frisou Clinton.

Sobre a crise, diz que serviu para mostrar como o mundo é "interdependente". Por isso, todos precisam se ajudar na luta contra o aquecimento global e as desigualdades sociais. "As turbulências que começaram com os loiros de olhos azuis nos EUA -como disse o presidente Lula- logo depois já eram dos loiros de olhos azuis europeus e, no final, dos loiros de olhos azuis da Islândia", brincou.

Preço do álcool cai 6% no mês em São Paulo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/06/2009

O preço do álcool para o consumidor caiu 6,61% em um mês em São Paulo, segundo levantamento da Folha com 50 postos com bandeira na capital. Só nesta semana, o litro recuou 1,36%.
Na média, o combustível é vendido a R$ 1,23. Na semana passada, custava R$ 1,25. Pesquisa do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) confirma que a tendência é de recuo tambnas usinas. O preço médio do álcool hidratado -utilizado diretamente no tanque dos veículos-, segundo o instituto, registrou redução de 1,15% ante a semana anterior e é comercializado a R$ 0,5810 por litro.
Conforme a colheita da safra de cana-de-açúcar avançou, os preços para as usinas caíram, mas a redução do preço custava a chegar ao consumidor.
Há um mês, no entanto, o consumidor passou a sentir esse efeito no preço exposto nas bombas. Na cidade de São Paulo, o menor valor cobrado pelo postos pesquisados por litro do álcool hidratado foi de R$ 0,98 nesta semana, e o maior, de R$ 1,468, segundo pesquisa da Folha.
O preço mais baixo é cobrado em um posto na zona norte, e o mais caro, na região central da cidade. **(KARLA DOMINGUES e VERENA FORNETTI)**

Usina é multada por exploração no corte de cana – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2009

SUCURSAL DO RIO

O Ministério do Trabalho informou ter encontrado 280 trabalhadores submetidos a condições degradantes no corte de cana-de-açúcar na Usina Santa Cruz, em Campos, norte do Estado do Rio.

Segundo o ministério, entre as irregularidades estavam a ausência de equipamentos de segurança e a falta de água potável e banheiros. Os trabalhadores não tinham carteira assinada. A usina foi notificada a pagar R$ 1.600 em indenização em média a cada um deles.
A assessoria de imprensa do grupo informou que os problemas ocorreram com trabalhadores contratados para o corte de cana por uma empresa terceirizada e que rescindiu o contrato.

Usinas de álcool dão calote no fisco de SP – Cátia SEABRA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/06/2009

Com a falta de crédito, empresas deixam de pagar tributos, diz associação das indústrias; governo afirma que investiga setor

Estado apura diferença entre alta de 25% na receita das usinas e queda de 15% na arrecadação de ICMS no setor de janeiro a abril

Apesar do aumento de faturamento em comparação ao ano passado, empresas produtoras de açúcar e álcool de São Paulo estão deixando de pagar os impostos devidos ao Estado.
Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), diz que, em todo o Brasil, "há empresas se financiando via tributo para continuar produzindo". Sem crédito, diz, as usinas suspendem o pagamento de imposto para não parar.
Pádua estima que, no país, o volume de empresas inadimplentes chegue a 30% do setor.
A turbulência afeta especialmente as que investiram em expansão ou já atravessavam momento delicado mesmo antes da crise que abalou o setor nos últimos dois anos. Esse foi, por exemplo, o caso da Zanin, que, segundo ele, interrompeu a montagem de uma usina em Minas Gerais.
"Há empresas que, em momentos em que o preço é muito abaixo do custo de produção, acabam ficando inadimplentes e usam o tributo para financiar a produção. Elas preferem pagar o salário a pagar o tributo. O tributo ajuda a sobreviver."
Segundo a Folha apurou, pelo menos duas empresas saudáveis -a Cosan e a Santa Fé- estariam entre as investigadas pela redução do imposto pago no primeiro quadrimestre em comparação ao ano passado.
Em São Paulo, a arrecadação de ICMS com o setor sofreu perda real de 15%, mesmo que o faturamento tenha crescido em torno de 25%. No primeiro quadrimestre de 2008, a receita chegou a R$ 321,15 milhões.
No mesmo período deste ano, caiu para R$ 273,54 milhões.
Segundo Pádua, o faturamento subiu "porque o volume de cana cresce, mas o valor por tonelada é decrescente".
O governo identificou dez grupos que, juntos, são responsáveis pela queda de receita no

setor. Essas empresas são hoje objeto de investigação fiscal.
Na maioria dos casos, houve inadimplência: a empresa declara o imposto devido, mas não paga, livrando-se de processo por sonegação. Mas há ainda a suspeita de adoção de artifícios, como a criação de créditos fictícios para abatimento do tributo devido.
Nas duas hipóteses, a recuperação do dinheiro depende de longo processo. Procurado pela Folha, o secretário da Fazenda paulista, Mauro Ricardo Costa, confirmou que o setor é objeto de investigação.
No Estado, o setor tem incentivo: o ICMS sobre o álcool é de 12%; sobre a gasolina, 25%.
O governo disse que não poderia divulgar o nome das investigadas nem confirmar os casos obtidos pela **Folha**.
A assessoria da Cosan, por exemplo, nega que a empresa esteja entre as investigadas. "A Cosan possui recursos em caixa e paga normalmente e em dia seus compromissos com todos os fornecedores, bancos, parceiros e mercado." Procurada, a Santa Fé não se pronunciou sobre a crise no setor.
A **Folha** telefonou para 12 empresas para comentar sobre as dificuldades dos empresários diante da crise. Nenhum diretor ou presidente concedeu entrevista. De acordo com um representante de uma companhia que preferiu não se identificar, as dificuldades são "generalizadas" no setor.
"O setor tem dificuldades, sim, e acho que o governo poderia fazer alguma coisa para reduzir os tributos para todas as empresas, não só para o setor sucroalcooleiro", afirmou.

Com **VERENA FORNETTI**, colaboração para a **Folha**

Crise financeira seca o crédito para o setor – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/06/2009

Os problemas financeiros das usinas de açúcar e álcool foram acentuados no segundo semestre do ano passado devido a um conjunto de fatores -que vão da superprodução de cana- -de-açúcar à crise global, que secou a torneira do crédito.
A previsão da Unica, que congrega produtores do centro-sul do país, é que sejam produzidos na região 550 milhões de toneladas de cana nesta safra, ante 505 milhões na safra anterior e 431 milhões na de 2007/8.
A demanda do mercado, porém, não tem crescido no mesmo ritmo da produção e, na última safra, sobraram cerca de 35 milhões de toneladas, volume que pode se repetir neste ano, segundo a consultoria Datagro, o que fez o preço da tonelada cair. Na safra passada, a tonelada custava, em média, R$ 36 -em 2006, custava R$ 52.
Outro problema é que o início da safra deste ano foi marcado pelo baixo preço do álcool nas usinas. O litro, sem impostos, custava, na primeira quinzena de março, R$ 0,68, o mais baixo valor para o período desde 2004, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em

Economia Aplicada), da USP, e bem distante do R$ 1,23 de 2006, ano do boom do setor. Até o início de maio, 231 usinas tinham iniciado a moagem na atual safra, ante 166 no mesmo período de 2008. Com esse excedente, o litro do álcool custou nesta semana R$ 0,58 (1,15% menos que na semana anterior), tido como inviável e abaixo do custo de produção.

"É loucura vender álcool a esse preço", afirmou João Sampaio, secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento. A moagem atingiu, até 1º de maio, 43,2 milhões de toneladas, ante 21,4 milhões na safra passada. Novo levantamento deve ser divulgado na próxima semana.

A crise, que deixou muitas usinas sem capital de giro, causou, ainda, o adiamento de projetos de novas unidades. Das 23 com inauguração prevista para esta safra, nenhuma tinha começado a moagem até o início de maio. Em Ribeirão Preto, principal polo produtor, a usina Albertina está em processo de recuperação judicial; a Santelisa Vale vendeu 40% dos ativos.

A Unica afirma que, com a aceleração da safra desde meados de maio, a expectativa é que novos financiamentos sejam obtidos, "reduzindo a necessidade de venda". A "esperança" dos usineiros é que os embarques de açúcar cresçam devido ao déficit mundial, causado por quebras da safra (como na Índia). Neste ano, espera-se que 42,1% da cana vire açúcar, ante 39,5% na safra passada.

Carro a álcool segura consumo de combustíveis – Samantha Lima – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/08/2009

O consumo crescente de álcool ajudou a manter a venda de combustíveis no país no mesmo patamar pré-crise -51 milhões de metros cúbicos entre janeiro e junho, o mesmo registrado em igual período de 2008. Mais sensível ao ritmo dos setores produtivos da economia, a venda de óleo combustível e de diesel, porém, ainda está em declínio. Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo), embalada pela retomada da venda de veículos novos, a venda de álcool hidratado cresceu 26,5% nos seis primeiros meses do ano ante igual período de 2008.

O consumo de álcool nas bombas saltou de 6 milhões de metros cúbicos para 7,7 milhões de metros cúbicos, o que representa 63% do volume de gasolina consumido. A venda de gasolina se manteve estável (12 milhões de metros cúbicos).

A venda de diesel, que tem uso predominante no transporte rodoviário de cargas, caiu 4,8% e fechou em 20,7 milhões de metros cúbicos.

O consumo de óleo combustível, usado em larga escala pela indústria, encolheu 8,6%. O número reflete o tombo do setor: na semana passada, o IBGE havia divulgado que a produção industrial caiu 13,4% no primeiro semestre, o pior resultado em 33 anos.

A ANP prefere comparar o consumo de combustíveis no primeiro semestre com 2007.

Nessa comparação, a evolução no volume geral foi de 10%.
"O ano de 2008 foi muito atípico. Tivemos um crescimento forte no início do ano e, depois, uma forte queda. Comparar com 2007 elimina essas distorções", diz o diretor da agência Allan Kardec Duailibe.
O consumo de GNV (Gás Natural Veicular) encolheu 13,8% neste ano, resultado, de acordo com a ANP, da vantagem econômica do preço do álcool e do encarecimento do gás natural. Para os donos de carros que rodam com etanol, a melhor notícia é a queda no preço do combustível no período, de 5,95%, mesmo com o consumo maior.
Essa redução no preço resulta de um período de safra mais extenso. O menor volume de exportações, sobretudo para os Estados Unidos, mergulhados na crise financeira, aumentou a oferta no mercado brasileiro, ajudando também a derrubar os preços, diz a ANP.
O preço do óleo diesel recuou 5,12%, por atuação do governo federal como medida para atenuar os efeitos da crise econômica, em abril.
A ANP assinou ontem o Plano de Abastecimento do Diesel S-10. O combustível tem 80% menos enxofre do que o diesel S-50, que é fornecido hoje às frotas de São Paulo, Rio, Recife, Fortaleza e Belém, e 98% menos enxofre do que o diesel fornecido ao resto do país. O S-10 começa a ser vendido em janeiro de 2013.

Usinas em crise
A ANP afirmou que mantém um grupo em constante monitoramento da oferta de álcool, atento à situação financeira das usinas.
Segundo Duailibe, até o momento não houve necessidade de intervenção, mas, caso a crise provoque a quebra de alguma empresa a ponto de interferir na demanda, há um plano de contingência que prevê a criação de estoques reguladores.
"Não há risco de falta de etanol devido à crise financeira das usinas", disse Duailibe. O diretor não quis dar detalhes sobre o plano.

Zoneamento da cana e credibilidade – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/06/2009

Alguns eventos ocorridos recentemente, embora não necessariamente relacionados entre si, conduzem-me à mesma conclusão sobre as implicações de algumas ações postas em marcha pelo governo brasileiro. Vou descrever esses eventos antes de discutir as questões que, a meu ver, precisam ser aprimoradas e mais bem trabalhadas pelo governo federal, sob pena pôr em descrédito políticas que são de vital importância para o País. O tema a que me refiro é o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.
O assunto voltou a ser discutido no início de junho por conta de um grande evento sobre etanol que foi realizado na cidade de São Paulo. O que me chamou a atenção foi o fato de a ministra Dilma Rousseff ter feito menção ao zoneamento da cana-de-açúcar como mecanismo para garantir a sustentabilidade ambiental do etanol brasileiro. A realidade é

que, conceitualmente, concordo com o argumento usado pela ministra, o que não poderia ser diferente. De que estou reclamando, então? Do fato de que o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, tão falado pelo governo há mais de um ano, ainda não foi publicado e, por tabela, tampouco convertido em ações concretas.

No afã de mostrar que está fazendo a sua parte para garantir a sustentabilidade do etanol, o governo prometeu fazer o zoneamento da cana a fim de apontar as áreas que poderão ser plantadas no País, mas, na prática, a falta de clareza quanto ao famigerado zoneamento tem sérias implicações. É a história do lobo e das ovelhas. Depois de ser chamada três vezes por um dos seus filhos que fingia ver o lobo rondando o curral, na quarta, com a real presença do lobo, a mãe ovelha decidiu não atender ao chamado de seus filhotes. Os filhotes caíram em descrédito e pagaram um alto preço por isso.

O segundo fato que me chamou a atenção, e que foi noticiado pela imprensa, foi a alegação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de que ele estava "recebendo pressão" de grupos interessados em plantar cana-de-açúcar em áreas limítrofes do Pantanal sul-mato-grossense. Se há um zoneamento agroecológico para essa lavoura - e parece razoável imaginar que ele defina o Pantanal e suas áreas limítrofes como não apropriados para a cana-de-açúcar -, por que sentir-se pressionado? A única razão que consigo encontrar é que não há zoneamento algum, ou, se há, o compromisso de implementá-lo não é consistente.

O terceiro evento tem que ver com a visita de um grupo de funcionários da Comissão Europeia que andou por aqui há dois meses. O objetivo da visita era justamente discutir os aspectos de sustentabilidade dos biocombustíveis brasileiros. Acertadamente, o governo procurou demonstrar aos representantes da Comissão Europeia as políticas que o governo está desenvolvendo e implementando para garantir que o etanol de cana-de-açúcar brasileiro é, de fato, sustentável. No caso das questões ambientais, a política que foi apresentada com maior ênfase diz respeito ao zoneamento agroecológico. Os europeus ouviram a apresentação com bastante interesse, mas não se contentaram com ela.

Eles revelaram duas preocupações: que a política estava sendo desenhada sem uma meta clara de quando e em quanto tempo seria posta em prática; e que não havia uma definição para a estratégia de implementação de tal política. Ou seja, a preocupação da Comissão Europeia - que está bastante acostumada a definir, negociar e implementar políticas dentro do bloco europeu - era que o zoneamento não teria credibilidade se não fosse implementado num período de tempo aceitável.

Uma vez que o governo não parece ter a estratégia de implementação definida, e os exemplos que citei anteriormente reforçam esse argumento, a minha preocupação é que a ideia do zoneamento seja desperdiçada, como já aconteceu anteriormente, a exemplo da rastreabilidade bovina.

Um zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar é importante por diversas razões. Uma delas é garantir algo que para nós, brasileiros, parece óbvio, mas para estrangeiros não é. Dado que a expansão da cana-de-açúcar para a produção de etanol ocorre ao mesmo tempo que são verificados novos desmatamentos, sobretudo na Amazônia brasileira, existe uma tendência irresistível para os estrangeiros de associar uma coisa à outra. O argumento não seria de todo absurdo, pelo menos quando se usa um referencial econômico para

abordar esse problema. É, no entanto, essencial contextualizar o problema num plano mais amplo e, aí, é evidente que o avanço da produção agropecuária na fronteira é apenas uma das razões que explicam o desmatamento, bem como a falta de regularização fundiária, de políticas sociais e econômicas inclusivas que tragam opções para os mais de 20 milhões de moradores da região.
Isso significa que existe uma elevada possibilidade de o desmatamento continuar a ocorrer, mesmo diante de um cenário de não-expansão do setor agropecuário. Assim, uma política de zoneamento que defina - obviamente, de forma negociada com o setor produtivo - que na Amazônia e no Pantanal não se pode produzir cana seria uma forma relevante de gerar a confiança dos estrangeiros em que essa relação de expansão da cana-de-açúcar e desmatamento não é automática.
A segunda razão é que o zoneamento da cana-de-açúcar geraria externalidades positivas em outros setores. A mais importante é que, se bem feito e se defendido também pelo setor produtivo, poderia pavimentar o caminho para se criar o zoneamento de outros setores que estão cada dia mais em foco, como a pecuária de corte. Seria bom se já estivéssemos preparados para enfrentar o estabelecimento de um zoneamento da pecuária como forma de estimular a intensificação de pastagens. No entanto, infelizmente, penso que a lição aprendida com o zoneamento da cana-de-açúcar terá pouca serventia.

Usinas tentam tirar 500 anos de atraso – Mariana Barbosa - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/06/2009

T rabalhadores, produtores e governo selam pacto para melhorar as condições de trabalho e a imagem do etanol

O famoso "gato" , intermediador de mão de obra na agricultura, está com os dias contados nos canaviais. Acabar com o gato e com a terceirização de mão de obra - grandes responsáveis pela precarização do trabalho no setor - faz parte do "Compromisso Nacional da Cana" que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança em Brasília na próxima quinta-feira. Negociado durante mais de um ano por representantes dos trabalhadores, de produtores e do governo federal, o compromisso não tem poder de lei, mas visa estimular melhores práticas a partir da adesão voluntária dos produtores de cana.
"Este acordo é uma grande conquista para o País e ganha ainda mais importância por se tratar de uma categoria que costuma ser notícia por razões negativas, como as mortes no transporte, nos anos 80 e, mais recentemente, pela questão da exaustão", diz o presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de SP (Feraesp), Elio Neves, ex-cortador de cana que pegou no facão pela primeira vez aos 13 anos. "O acordo tem 51 itens e traz compromissos que estão, em alguns casos, acima da legislação."

A cana é a maior empregadora de mão de obra da agricultura brasileira. São 528,4 mil trabalhadores, dos quais 75% são trabalhadores manuais. Mas a profissão centenária - os

primeiros cortadores vieram da África junto com a cana, introduzida no Brasil por Martim Afonso de Souza em 1532 - está ameaçada pelo progresso. A mecanização, que acaba com as queimadas, uma das exigências para o etanol ser reconhecido como uma fonte de energia realmente limpa, deverá eliminar, até 2017, 119 mil postos de trabalho no setor.

"As condições de trabalho no setor precisam ser melhoradas, mas elas não são terríveis. Tanto em remuneração quanto em mortalidade e aposentadoria por invalidez, ela não é pior do que em outras culturas agrícolas e, em muitos casos, as condições são até melhores", diz a coordenadora do Grupo de Extensão em Mercado de Trabalho da Esalq/USP, Márcia Moraes. "O grande problema é a perda do emprego. Este é um setor que emprega 150 mil analfabetos que não terão outras oportunidades." Para lidar com a questão do desemprego, o governo vai anunciar, na quinta-feira, um grande programa de alfabetização e qualificação dos trabalhadores de cana.

Além de abolir a terceirização da mão de obra, os produtores que aderirem ao acordo se comprometem a eliminar a vinculação da remuneração de serviços de transporte, fiscalização e outros à produtividade do trabalhador. A prática, usual e legal, de remunerar esses serviços com base na produtividade do cortador de cana, é vista como um fator que contribui para levar o trabalhador a exaustão.

Mas o acordo não elimina a vinculação da remuneração do trabalhador à sua produtividade. "Essa é uma questão cultural que dificilmente vai acabar e nem entrou na mesa de negociação", diz Neves. Mas o compromisso prevê mais transparência na aferição da produção. As empresas que aderirem terão de informar antes o preço aos empregados, fazendo a medição na presença deles.

Para o presidente da União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica), Marcos Jank, o objetivo do acordo é premiar e estimular os bons exemplos. "O próprio mercado vai fazer com que as empresas piores se sintam forçadas a aderir ao protocolo." Confiante de que haverá uma grande adesão dos produtores, o presidente da Unica lembra que em 2007, quando foi assinado um protocolo agroambiental com o setor no Estado de São Paulo, acreditava-se que não iria funcionar. "Mas a adesão foi maciça e hoje mais de 60% da recuperação das matas ciliares e de áreas de preservação permanente (APPs) foi feita pelas usinas."

Para os produtores, a chancela de um certificado de melhores práticas é também uma forma de rebater as críticas que vêm sobretudo do exterior sobre a viabilidade do etanol como fonte de energia limpa e sustentável.

Nas negociações, os produtores conseguiram convencer governo e trabalhadores a adotar o modelo de adesão voluntária, ao invés de um acordo coletivo nacional. "A Constituição já prevê condições dignas de trabalho e isso nem sempre é cumprido. Embora o compromisso

não seja obrigatório, o conteúdo moral e ético é mais forte do que qualquer decreto", afirma Neves, da Feraesp. Entretanto, os trabalhadores não conseguiram incluir o compromisso com o fornecimento de alimentação. "Não acho que a não inclusão da alimentação foi um fracasso. Acredito que vamos caminhar para isso no futuro", diz Neves, que defende um programa de alimentação no campo nos moldes do que existe para a indústr

Endividada, Infinity põe usinas à venda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/06/2009

A Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A., controladora de cinco usinas sucroalcooleiras no País, negocia a venda de ativos para minimizar ou saldar parte de sua dívida declarada de R$ 981,35 milhões, que levou a companhia a pedir recuperação judicial no último dia 19 de maio. O pedido foi deferido semana passada pela Justiça e a Infinity tem até 60 dias para apresentar aos credores um plano de recuperação.

Ainda na semana passada, o presidente da Infinity, Sérgio Thompson-Flores, procurou ex-proprietários da Central Energética Paraíso (Cepar), localizada em São Sebastião do Paraíso (MG), para oferecer a possibilidade de recompra da unidade, negociada em setembro de 2009. Como ofereceu o mesmo valor investido pela Infinity, em uma época de preço dos ativos sucroalcooleiros em queda, Thompson-Flores teve seu pedido inicial recusado. As negociações ainda seguem.

À época da aquisição da Cepar, ainda em construção, a Infinity anunciou investimentos de US$ 52,5 milhões para colocar a usina em operação, o que ocorreu na safra passada. A companhia previa ainda realizar mais dois aportes, de US$ 17,1 milhões e de US$ 16,4 milhões, para ampliar a capacidade de moagem da Cepar, de 844 mil toneladas para 2 milhões de toneladas de cana.

Por meio de assessoria de imprensa, a Infinity informou que a venda de ativos é uma das opções que serão colocadas em seu plano de recuperação, bem como a procura por um novo sócio e ainda a busca de linhas novas de financiamento da dívida. O valor total é dividido em R$ 327,5 milhões e em US$ 326,91 milhões, de acordo com a relação entregue à Justiça.

A empresa tem 100% do capital aberto na Bolsa de Londres e, segundo Thompson-Flores declarou à época do pedido de recuperação judicial, a decisão ocorreu, principalmente, para a companhia evitar pedidos de falência na Justiça. O executivo apontou ainda a crise econômica mundial, que reduziu a liquidez no mercado, a queda nos preços de açúcar e álcool nos últimos dois anos e a queda na produção na última safra pelo atraso nas entregas

de novos equipamentos para justificar o pedido de recuperação.

Criada há três anos, a Infinity viu suas as ações que, inicialmente, valiam US$ 4, serem negociadas hoje por centavos de dólar, com uma liquidez de milhares de dólares em negócios mensais. Da dívida total, 35% são de bonds (títulos de dívida) conversíveis com vencimento previsto para 2011, cujo pagamento será renegociado no curso do processo de recuperação judicial. Outros 35% são com bancos e os 30% restantes com fornecedores, leasing e antigos donos das usinas adquiridas, entre elas a Cepar.

Mesmo com o processo em curso, a Infinity informa que suas unidades sucroalcooleiras seguem processando a safra 2009/2010 de cana.

Cosan espera aumentar moagem de cana até 30% em 2009/10 – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009

A Cosan informou que espera um aumento de 20% a 30% no processamento de cana-de-açúcar em 2009/10, ante um processamento de 43,127 milhões de toneladas da matéria-prima em 2008/09, este superior em 6,97% em relação às 40,315 milhões de t de 2007/08.

A Cosan espera ainda aumentar o volume de açúcar vendido de 60% a 80% sobre as 3 milhões de toneladas do ano-safra passado e o volume de álcool entre 50% e 70% ante 1,495 bilhão de litros de 2008/09. Os volumes vendidos em 2008/09 foram menores que as 3,147 milhões de t de açúcar e de 1,568 bilhão de litros comercializados em 2007/08.

A previsão para 2009/10 já considera a aquisição e a incorporação das operações da NovAmérica, que incluem quatro unidades produtoras de açúcar e álcool, a marca 'União', líder em vendas de açúcar refinado no varejo brasileiro, duas refinarias de açúcar (Piedade e Tarumã), quatro empacotadoras de açúcar 8% do Terminal Exportador de Álcool de Santos S.A. ("TEAS"), e 28,8% da Rumo Logística.

A companhia não informa em seu balanço, mas o aumento na moagem e na produção de etanol também deve considerar o início das operações da unidade em Jataí (GO).

'Briga' pelo 2º lugar no ranking dos Estados produtores de cana – Valor Econômico – Agronegócio – 16/06/2009

Promete ser acirrada a disputa pela segunda posição no ranking dos maiores Estados produtores de cana no país neste ano.

Enquanto a Conab projeta que o Paraná vai recuperar a vice-liderança, "centímetros" à frente de Minas Gerais, o IBGE prevê que a produção mineira perderá apenas para a de São Paulo, líder tradicional e difícil de ser batido.

Conforme a Conab, a produção paranaense ficará entre 51,12 milhões e 54,19 milhões, ante 44,20 milhões em 2008. A de Minas, por sua vez, alcançará entre 50,81 milhões e 51,84 milhões, conforme a Conab, ante 44,21 milhões no ano passado.

Dados recentes do IBGE destacados pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais indicam, entretanto, que o Estado produzirá 53,9 milhões de toneladas em 2009, mais que o "concorrente". O imbatível polo paulista responderá por até 367,69 milhões de toneladas neste ano.

Marambaia ganha sócio e prepara projetos para atrair aportes em etanol – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 17/06/2009

A Rio de Janeiro Capital Partners, empresa criada no início de 2008 para estruturar operações de mercado de capitais, associou-se ao grupo fluminense Marambaia, que pertence ao banqueiro Luiz César Fernandes (ex-Pactual e Garantia). A empresa comprou 45% das ações da Marambaia Energia Renovável, subsidiária da companhia, para investir em projetos de agroenergia, afirmou ao Valor Marcelo Bastos, um dos sócios da Rio de Janeiro Capital Partners.

Nos últimos meses, os sócios do Rio de Janeiro Capital Partners, entre eles o próprio Bastos, Dennis Rodrigues (executivo do extinto banco de investimento americano Lehman Brothers), e Fernando Ribeiro, ex-ETH Bionergia, da Odebrecht, buscavam investidores estrangeiros para diversos projetos no país. "Nossa associação com a Marambaia vai nos permitir entrar em agroenergia", disse Bastos.

Segundo Fernando Ribeiro, que também foi diretor da Unica (União das Indústrias da Cana-de-Açúcar), um dos projetos da Marambaia Energia Renovável será "desalavancar usinas", adquirindo participações entre 20% e 40% nessas empresas. "A ideia é ter assento no conselho das empresas que investem em etanol."

A subsidiária Marambaia Energia Renováveis foi estruturada em 2007 para focar em biocombustíveis. Mas o cenário àquela época não era dos mais propícios, afirmou Luiz César Fernandes, presidente do grupo. "O setor [sucroalcooleiro] começou a entrar em dificuldades financeiras, coincidindo em seguida com a crise global."

Criada nos anos 80, o grupo Marambaia atua em agronegócios e em alta de tecnologia em comunicação. Luiz César Fernandes também é criador de ovelhas. O grupo chegou a se dedicar à exportação de suco de laranja congelado, mas não foi bem-sucedido no negócio. No início deste ano, Fernandes comprou o Dresdner Bank no Brasil.

"Estamos fazendo um mapeamento de A a Z dos investimentos agrícolas realizados no país durante o período de euforia, quando muitos estrangeiros compraram terras em regiões que não se viabilizaram economicamente", afirmou Fernandes.

Esse estudo deverá ser concluído nos próximos dois meses. Depois, os executivos deverão dar início aos "road shows" (apresentações) para atrair potenciais investidores.

A aposta da Marambaia será no retorno do interesse de investidores internacionais no mercado brasileiro, disse Bastos. O plano estratégico é criar um portfólio de transações com participações minoritárias em usinas de porte médio, em torno de R$ 500 milhões a R$ 600 milhões, nos próximos cinco anos.

Esses aportes poderão também ser feitos em outros segmentos do agronegócio, como grãos, afirmou Fernandes.

O setor sucroalcooleiro ainda passa por um momento delicado, com muitas usinas com restrição de crédito e fortemente alavancadas. E é nesse filão que a Marambaia pretende focar.

Bunge centra aportes em açúcar e álcool – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 18/06/2009

A Bunge Alimentos, divisão da multinacional americana Bunge que lidera as exportações brasileiras de grãos e a moagem de trigo no país, está em vias de se consolidar, também, como um "player" relevante em açúcar e etanol.

De um pacote de investimentos iniciado em setembro de 2007 e que até o início de 2012 deverá somar R$ 2,3 bilhões, esta frente de negócios relativamente nova para o grupo representa R$ 2,1 bilhões. Com novas apostas em análise, que não estão incluídas no "pacote" e podem envolver outras aquisições, é provável que a expansão no segmento ganhe velocidade.

"O mercado vive um processo de consolidação, e somos consolidadores", afirma Sérgio Roberto Waldrich, presidente da Bunge Alimentos. O Valor já informou que, apesar da conjuntura ainda adversa para grandes apostas, outros grupos também estão em

expansão no segmento, casos de Cosan, São Martinho, Louis Dreyfus e Tavares de Almeida, entre outros.

Waldrich garante que sua empresa não está preocupada em ser a maior da área, mas adianta que contar com um "pé forte" em São Paulo, maior polo sucroalcooleiro do mundo, está nos planos, ainda que não exista nada definido.

Foi a primeira aquisição da Bunge neste segmento que inaugurou o pacote de investimentos de R$ 2,3 bilhões. Localizada no Triângulo Mineiro, a usina Santa Juliana tinha capacidade para processar 800 mil toneladas de cana por safra, mas já foi ampliada para 2,5 milhões de toneladas e deverá chegar a 4,2 milhões em 2011.

A participação da Bunge na unidade é de 80%. Os demais 20% são da trading japonesa Itochu, num modelo de controle semelhante à divisão que ambas mantêm em um projeto de construção de usina em Pedro Afonso, Tocantins. Ali a capacidade total chegará a 4,4 milhões de toneladas de cana, mas no início das operações, programado para 2010, ela será de 1,4 milhão.

Uma unidade em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, completa o atual trio de usinas da Bunge. A Monte Verde, que terá cogeração de energia elétrica e ainda receberá investimento de R$ 200 milhões até 2012, faz parte do pacote e deverá começar a rodar em agosto, com capacidade inicial também de 1,4 milhão de toneladas por safra (1,6 mil empregos diretos) e planos para chegar a 4,5 milhões.

"Em três ou quatro anos", diz Adalgiso Telles, diretor corporativo da Bunge no Brasil, a área de açúcar e álcool "será representativa no portfólio da companhia". Hoje, diz Waldrich, as operações com grãos, sobretudo soja, respondem por cerca de 65% do faturamento da Bunge Alimentos, que em 2008 atingiu R$ 23,4 bilhões - 40% mais que em 2007. Na divisão Fertilizantes, a receita líquida foi de quase R$ 8 bilhões em 2008.

Os negócios com soja também estão sendo ampliados. A empresa inaugura hoje, em Nova Mutum (MT), sua nona esmagadora no país, a partir de um aporte de R$ 150 milhões em recursos próprios. O projeto foi inicialmente pensado para Sorriso, mas este município, ao contrário de Nova Mutum, está situado no bioma amazônico.

Com a segunda indústria de soja em Mato Grosso, esta com capacidade para processar 4 mil toneladas por dia, a capacidade total de industrialização da empresa no país chegará a 10 milhões de toneladas de soja por ano, para uma safra total nacional que gira em torno de 60 milhões de toneladas.

Na área de milho, onde a Bunge é forte na safrinha de inverno e por isso aproveita a estrutura que trabalha com soja no verão, a empresa já movimenta 5 milhões de toneladas por safra, destinadas aos mercados doméstico e externo.

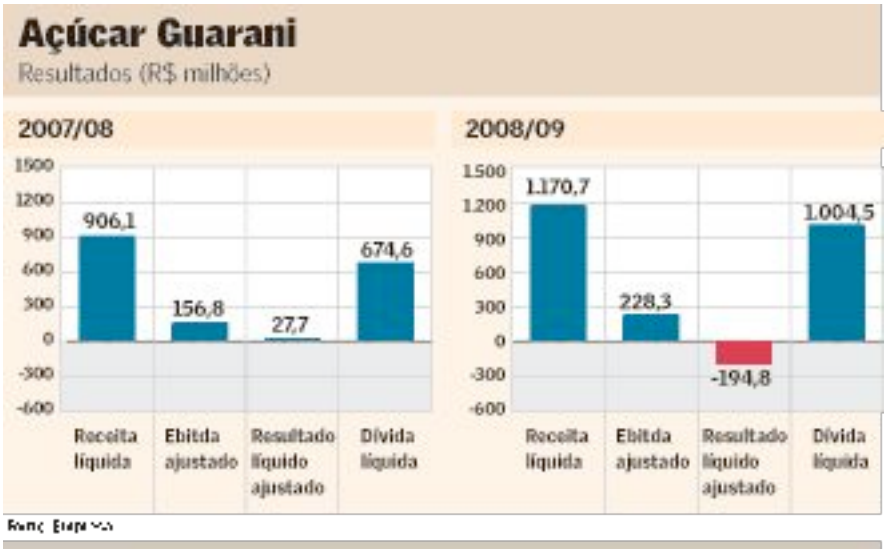
No trigo, onde domina 30% da moagem brasileira, a múlti tem inauguração programada para agosto. A unidade de Suape, Pernambuco, a oitava no grupo nesta frente, absorveu R$ 126 milhões, está em fase pré-operacional e terá capacidade para 825 mil toneladas anuais, a maior da América do Sul.

Com os novos investimentos, Waldrich reitera que a Bunge tem uma "visão consistente" sobre o país e seu setor de agronegócios. E prevê crescimento em 2009.

Após prejuízo em 2008/09, Guarani volta a avaliar aportes em expansão – Fernando Lopes – Valor Econômico – agronegócios – 24/06/2009

Com seus resultados prejudicados na safra 2008/09 pela desvalorização do real em relação ao dólar americano e pela amortização do ágio pago sobretudo na aquisição do controle da paulista Andrade, em 2007, a Açúcar Guarani espera retomar seus investimentos em expansão nesta temporada 2009/10.

"O foco será ampliar os investimentos, mas sem esquecer da geração de caixa", disse Jacyr Costa Filho, diretor-presidente da empresa. Como metade da dívida total da Guarani é com seu controlador - o grupo francês Tereos, que detém quase 70% de seu capital total - e ele tem sido beneficiado pelo atraente patamar dos preços de cereais e do açúcar no mercado internacional, Costa Filho acredita que terá fôlego para expansões.



Na safra 2007/08, lembra o executivo, os investimentos da Açúcar Guarani atingiram cerca de R$ 800 milhões, montante que caiu para R$ 280 milhões no ciclo 2008/09, que para efeitos contábeis terminou para a empresa em 31 de março passado. Ao mesmo tempo, conforme balanço de resultados enviado ontem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a dívida líquida da empresa saltou de R$ 674,6 milhões para R$ 1 bilhão.

"De 31 de dezembro a 31 de março, a dívida foi reduzida em mais de R$ 200 milhões", afirma o diretor-presidente, que reconhece, porém, que ela tem de cair mais. Mas Costa Filho comemora o aumento do Ebitda ajustado, de R$ 156,8 milhões em 2007/08 para R$ 228,3 milhões em 2008/09 - "é o que mostra a capacidade de geração de caixa da companhia, que é muito importante".

Segundo ele, a preocupação da empresa com a geração de caixa pode ser medida, entre outros fatores, pelo viés operacional mais açucareiro em 2008/09. Aprofundada nos últimos meses, a valorização do açúcar tornou o produto mais interessante que o etanol, que vem de duas safras de preços decepcionantes, conforme analistas do segmento.

Apesar dos percalços, que deixaram como saldo um prejuízo líquido ajustado (por amortização de ágio) de R$ 194,8 milhões em 2008/09, ante lucro de R$ 27,7 milhões no ciclo anterior, a receita líquida da Guarani aumentou na comparação, de R$ 906,1 milhões para R$ 1,17 bilhão. Na safra, o preço médio do açúcar vendido pela companhia aumentou 20,1%; no caso do etanol, a alta foi menor, de 6,7%.

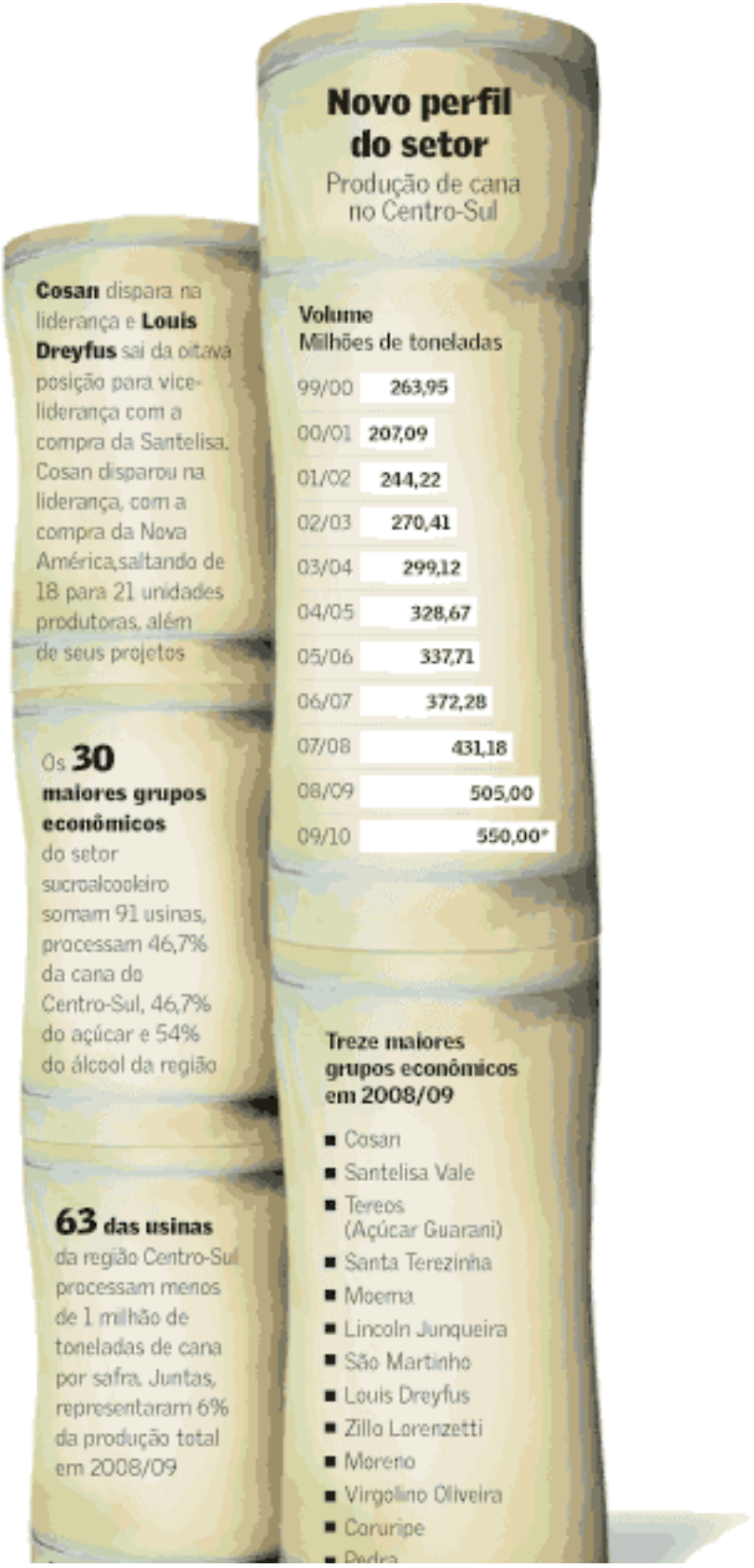
A Guarani é a terceira maior processadora de cana e produtora de açúcar do país. A empresa informa que Tem seis unidades industriais e moagem de 14,4 milhões de toneladas em 2008/09.

Estrangeiros avançam nos canaviais – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 30/06/2009

Há exatos dez anos, as usinas do setor sucroalcooleiro do Brasil registraram a maior quebra da safra de cana de sua história. Pulverizado, com gestão predominantemente familiar, o setor era um dos únicos do país com 100% de capital nacional. Dez anos depois, a realidade é outra. Os grupos estrangeiros já representam 12,3% da moagem de cana do país e essa fatia só tende a crescer.

Com mais de 400 usinas no país, o perfil dos grupos econômicos do setor mudou muito na última década. O ranking dos dez maiores da safra 2008/09 não é o mesmo de 1999/00, quando nenhuma companhia estrangeira sequer fazia parte dessa lista. Em 2008/09, que se encerrou em março, os grupos franceses Tereos, controlador da Açúcar Guarani, e Louis Dreyfus, ocupavam posição de destaque. Neste ciclo 2009/10, a Dreyfus

assumirá a vice-liderança, se concluir a negociação com a Santelisa, ficando atrás somente da Cosan, líder absoluta.


Novo perfil do setor
Produção de cana no Centro-Sul
Volume
Milhões de toneladas
99/00 263,95
00/01 207,09
01/02 244,22
02/03 270,41
03/04 299,12
04/05 328,67
05/06 337,71
06/07 372,28
07/08 431,18
08/09 505,00
09/10 550,00*
Cosan dispara na liderança e Louis Dreyfus sai da oitava posição para vice-liderança com a compra da Santelisa. Cosan disparou na liderança, com a compra da Nova América,saltando de 18 para 21 unidades produtoras, além de seus projetos
Os 30 maiores grupos econômicos do setor sucroalcooleiro somam 91 usinas, processam 46,7% da cana do Centro-Sul, 46,7% do açúcar e 54% do álcool da região
63 das usinas da região Centro-Sul processam menos de 1 milhão de toneladas de cana por safra. Juntas, representaram 6% da produção total em 2008/09
Treze maiores grupos econômicos em 2008/09
Cosan
Santelisa Vale
Tereos (Açúcar Guarani)
Santa Terezinha
Moema
Lincoln Junqueira
São Martinho
Louis Dreyfus
Zillo Lorenzetti
Moreno
Virgolino Oliveira
Coruripe
Pedra

A Louis Dreyfus foi a primeira companhia a chegar ao Brasil, com a aquisição da usina Cresciumal, em Leme (SP), em 2000. No ano seguinte, foi a vez da Béghin-Say (incorporada pela Tereos). O próprio grupo Cosan, cujo empresário Rubens Ometto, presidente da companhia, detém o controle, tem investidores estrangeiros como acionistas. Sozinha, a Cosan processa mais cana que todos os produtores do Paquistão juntos, o quinto maior produtor mundial de cana, observa Guilherme Nastari, diretor da consultoria Datagro.

Nos últimos quatro anos, com o boom do etanol no mercado internacional, o Brasil tornou-se alvo de investidores estrangeiros na área. Multinacionais como Cargill, Bunge, ADM, tradings, entre elas as japonesas Sojitz, Mitsui e Itochu, fundos de investimentos internacionais compraram participações em usinas. Levantamento da Datagro mostra que a fatia dos estrangeiros na moagem de cana no país saltou de 11,9% em 2007/08 para 12,3% em 2009/10. Há cinco anos, não representava 5% do total de cana processada no país.

"Apesar da maior participação de grupos estrangeiros no setor sucroalcooleiro, a fatia de grupos nacionais continua significativa, com os recentes investimentos de tradicionais empresários em novas usinas", afirma uma fonte.

De fato, a participação de grupos nacionais ainda é forte no segmento. Contudo, a desnacionalização tem ganhado força à medida que o crédito farto às usinas foi cortado e as grandes matrizes das multinacionais são as poucas opções de aporte, sem depender de linhas de financiamento. O grupo paulista Moema, que negocia uma fatia significante ou mesmo o controle da companhia, está na mira de multinacionais. Na safra 2008/09, a Moema ocupava a quinta posição no ranking das maiores.

O grupo Cosan que na última safra controlava 18 usinas produtoras passou a deter 21 unidades produtoras com a aquisição da Nova América, com uma moagem de 57 milhões de toneladas nesta safra. Com a Nova América, o grupo se distanciou do vice-líder do setor - a Santelisa, que está em processo de incorporação pela Louis Dreyfus. Se concretizada a operação, prevista para julho, a Dreyfus saltará da oitava posição no ranking para o segundo lugar.

O sobe-e-desce no ranking do setor ficou mais intenso nos últimos anos, sobretudo com a chegada de novos players no mercado. Grupos que estavam no topo da lista há dez anos, como Santa Terezinha, do Paraná, os paulistas Lincoln Junqueira, e Zillo Lorenzetti, caíram algumas posições, cedendo espaço para estrangeiros, como o Tereos, que nos últimos anos fez aquisições e também construiu novas unidades produtoras.

Levantamento realizado pela Unica (União da Indústria Canavieira de São Paulo) mostra que os 30 maiores grupos econômicos do setor controlam 91 usinas, processam 46,7% da produção de açúcar do Centro-Sul e 54% da oferta de álcool em 2008/09.

"A filosofia do Rubens [Ometto, presidente da Cosan] sempre foi de crescer. Começamos com uma usina na década de 80. Nossa preocupação agora não é mais em aumentar as unidades produtoras, mas sim a nossa rentabilidade", diz Pedro Mizutani, vice-presidente geral da Cosan.

Segundo analistas ouvidos pelo Valor, grupos como a Bunge, ADM e Cargill poderão elevar sua participação no mercado brasileiro. Fundos internacionais poderão elevar seus investimentos quando o período de recessão global passar. A Bunge, por exemplo, fez sua estreia no setor em 2006, com a compra de uma usina em Minas Gerais. Depois, adquiriu mais uma unidade em Mato Grosso do Sul e construirá sua terceira planta em Tocantins. A multinacional tem como parceira a trading japonesa Itochu.

Com a crise financeira que atingiu boa parte das usinas do país, a tendência é que as unidades menos produtivas sejam incorporadas pelas maiores. No país, há 63 unidades que processam menos de 1 milhão de toneladas de cana. Esse volume é considerado baixo para o setor. Uma unidade de "greenfield" (construção a partir do zero) tem sua primeira moagem em torno de 1 milhão de toneladas e depois triplica esse volume. Essas 63 unidades representam, juntas, 6% do total da cana processada na região Centro-Sul, de acordo com levantamento da Unica.

Como os ativos das usinas ficaram mais baratos por conta da turbulência financeira, a expectativa é de que os grupos de grande e médio portes priorizem as aquisições e abram mão dos projetos "greenfield". A estimativa é de que 23 novas usinas entrem em operação nesta nova safra.

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Petrobras dá verbas a entidade com irregularidades - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 11/06/2009

Cooperativa ligada ao MST é acusada pela CGU de não prestar contas de verbas do Incra; Rossetto era o ministro

BRASÍLIA. O presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto, anunciou ontem a liberação de verbas do programa de biodiesel para mais sete cooperativas agrícolas, na Bahia e em Sergipe. Pelo menos quatro entidades têm ligações com organizações políticas alinhadas com o governo federal. A Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe (Cooprase) é ligada ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) acusa a Cooprase de irregularidades no uso de recursos do Incra. A Cooprase é citada duas vezes no relatório da CGU. Em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, a cooperativa teria recebido indevidamente R$ 28.980 em pagamentos antecipados. O relatório também afirma que a Cooprase não teria comprovado despesas com fornecimento de material no valor de R$ 38.641.

Os recursos foram liberados pelo Incra em 2003, quando Rossetto era ministro do Desenvolvimento Agrário, e o Incra era subordinado a ele.

Procurada, a Petrobras Biocombustível informou que não houve licitação, e não divulgou o valor dos contratos, que foram assinados ontem em Morro do Chapéu, na Bahia, numa solenidade que reuniu militantes das entidades e o governador baiano, Jaques Wagner (PT).

Segundo a Petrobras, o dinheiro será destinado a programas de assistência agrícola e à compra de grãos para a usina de biodiesel de Candeias (BA). A estatal se recusou a informar os valores envolvidos. Informou apenas que gastará até R$ 29,83 mensais por família para atender a 28.700 agricultores. Rossetto ainda anunciou a distribuição gratuita de 94 toneladas de sementes de mamona e 39 toneladas de girassol. Mês passado, ele assinou contratos idênticos com cooperativas do Ceará e do Piauí, no valor de R$ 10 milhões. Ontem, também foram beneficiadas a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia (Coopaf), ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); a Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (Cooteba), do Movimento de Luta pela Terra (MLT); e a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares (Coomaf), da CUT.

A suspeita de uso político do programa de biodiesel foi apontada domingo pelo GLOBO. O uso da mamona para biodiesel é descartado por especialistas e desaconselhado

em parecer da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que limitou a planta a 30% da composição do combustível.

A Petrobras insiste na viabilidade da mamona, embora ainda não tenha produzido biodiesel com ela.

Mistura de biodiesel no diesel vigora amanhã – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009

A partir desta quarta-feira (1º), entra em vigor o aumento de 3% (B3) para 4% (B4) na mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel mineral comercializado no País. A Resolução Nº 2/2009, do Comitê Nacional de Política Energética (CNPE), do Ministério de Minas Energia, determina a mudança com a utilização de biodiesel produzido a partir de oleaginosas como soja, mamona, palma e girassol. A modificação vai gerar demanda adicional de 420 milhões de litros, aumentando o consumo de biodiesel para 1,26 bilhão de litros.

A ampliação gradativa do percentual vai agregar valor às matérias-primas oleaginosas, permitir o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços e estimular a participação da agricultura familiar. Também vai contribuir para substituir o diesel importado, que é um produto fóssil e mais poluente, por combustível nacional, limpo e renovável.

O Brasil vai reforçar a participação da agroenergia na matriz energética com o acréscimo de 200 milhões de litros na produção nacional de biodiesel (B100), ainda em 2009. A decisão leva em consideração a capacidade ociosa industrial, menor consumo de diesel projetado para este ano e oportunidades de melhorias sociais.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) se preparou para as mudanças trabalhando na estruturação da cadeia produtiva agrícola, industrial e de comercialização. Entre as ações do Mapa estão o zoneamento de risco climático para as principais oleaginosas, melhores práticas agrícolas, cooperação internacional, uso sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas pelo plantio de culturas oleaginosas, difusão de tecnologias existentes ou recentes e pesquisa de novas espécies nativas. As ações são desenvolvidas por centros subordinados ao ministério, sob a coordenação da Embrapa Agroenergia.

Política pública - A consolidação do mercado de biodiesel no Brasil é resultado de uma política pública do governo federal. Sua cadeia produtiva foi estruturada a partir do lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), em 2004, ação interministerial centrada na sustentabilidade da produção, promoção da inclusão social, garantia de preço, qualidade e suprimento e diversificação de matérias-primas. A gestão operacional é do Ministério de Minas e Energia (MME).

Assessoria de Comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Biodiesel: aumento de mistura eleva demanda em 420 milhões/litros – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009

Entra em vigor amanhã (1º) o aumento de 3% (B3) para 4% (B4) da mistura obrigatória do biodiesel ao óleo diesel mineral. O biodiesel a ser utilizado em maior proporção deve ser produzido de oleaginosas como soja, mamona, palma e girassol. De acordo com nota do Ministério da Agricultura divulgada hoje, a modificação gerará demanda adicional de 420 milhões de litros, aumentando o consumo anual de biodiesel para 1,26 bilhão de litros.

A ampliação gradativa do porcentual, também segundo o Ministério da Agricultura, agregará valor às matérias-primas oleaginosas, permitirá o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços e estimulará a participação da agricultura familiar. Além disso, contribuirá para substituir o diesel importado, que é um produto fóssil e mais poluente, por combustível nacional, limpo e renovável.

A nota do Ministério traz ainda que o Brasil vai reforçar a participação da agroenergia na matriz energética com o acréscimo de 200 milhões de litros na produção nacional de biodiesel (B100) ainda em 2009. "A decisão leva em consideração a capacidade ociosa industrial, menor consumo de diesel projetado para este ano e oportunidades de melhorias sociais."

Agência Estado

Com mais biodiesel, cai importação de oleo – Chico Santos – Valor Econômico – Brasil – 30/06/2009

De acordo com cálculos da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a entrada em vigor a partir de amanhã da obrigatoriedade da adição de 4% de biodiesel ao óleo diesel vendido no país (biodiesel B4) vai representar economia mensal de US$ 78,25 milhões e anual de US$ 939 milhões com importação de diesel. O aumento em um ponto percentual da mistura de biodiesel ao diesel reduz em 1,2 milhão de toneladas as emissões de gás carbônico (CO2) na atmosfera, afirma a ANP.

Pelo cronograma original do programa de biodiesel, a mistura de 4% só seria obrigatória em 2011 e de 5% (B5), que começa em 2010, ficaria para 2013. O programa começou com 2% (B2), obrigatório em janeiro do ano passado e passou a 3% (B3) em julho. Segundo o diretor de biodiesel da ANP, Allan Kardec, embora a programação definida até hoje vá somente até o B5, já estão em andamento os preparativos para testar uma mistura de 30% de biodiesel (B30) em ônibus da frota do município de São Paulo. Por enquanto, somente uma empresa de ônibus solicitou autorização para testar o B30.

Kardec disse que a capacidade de produção de biodiesel do país, com um total de 65 usinas em funcionamento, é mais que suficiente para assegurar o produto para a mistura B4. Ela vai representar demanda total de 1,72 bilhão de litros por ano de biodiesel, considerando um consumo anual de 43 bilhões de litros de diesel. "Mesmo que algumas usinas não entrem em produção, não haverá nenhum impacto, tanto que estamos antecipando o B5 para 2010", disse.

O diretor da ANP afirmou ainda que o programa de melhoria da qualidade do óleo diesel, conduzido pela entidade, prevê para 1º de agosto a chegada do diesel 50 - 50 partes por milhão (ppm) de enxofre, o S-50 - a Curitiba, equipando a frota de ônibus da cidade. A partir de janeiro de 2010, a medida alcança também os ônibus de Porto Alegre, Belo Horizonte e da região metropolitana de São Paulo. Atualmente, o diesel 50 já movimenta as frotas de ônibus de São Paulo (capital), Rio de Janeiro (capital) e das regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Belém.

Com exceção dos ônibus das cidades e áreas citadas, o diesel consumido atualmente no Brasil é o S-500 (500 ppm de enxofre) para áreas urbanas e S-1800 para áreas rurais. O tema foi objeto de longa polêmica durante o ano passado, porque várias entidades da sociedade civil queriam que a partir de janeiro deste ano fosse iniciada a produção no Brasil do diesel S-50 e a fabricação de veículos adaptados para ele, conforme previsto em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de 2002.

Algumas instituições responsabilizaram a ANP pelo atraso na aplicação da medida. A Petrobras argumentou que não havia como obter os resultados desejados em termos de qualidade do ar usando o diesel mais limpo na frota mais antiga. Um termo de ajuste de conduta foi assinado entre ANP, Petrobras, montadoras, Ministério Público Federal e outras partes interessadas, prevendo a entrada gradual do S-50 e o compromisso de introdução do diesel S-10 em 2013. A Petrobras iniciou a produção do diesel S-50 na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), no Rio.

Etanol

Lula anuncia acordo sobre condições de trabalho nos canaviais – Sítio Eletrônico da CNA – 15/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou hoje que governo, empresários e trabalhadores brasileiros assinarão um acordo para garantir condições mínimas de trabalho no setor de cana-de-açúcar. Lula participa de conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. Cerca de 600 empresas já aderiram aos princípios propostos no acordo, que inclui nível de renda, proteção aos trabalhadores e benefícios.

O objetivo é lidar com os casos de trabalho escravo no setor da cana-de-açúcar. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, estimou que as empresas que assinarão o acordo representam pouco mais de 70% da produção de cana no Brasil. As empresas que aderirem ao processo serão certificadas. A maioria das empresas está no Estado de São Paulo.

Agência Estado

Pacto trabalhista no setor sucroalcooleiro deve ser anunciado este mês – Sítio Eletrônico da CNA – 15/06/2009

O "Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar", pacto que pretende garantir as condições mínimas de trabalho no setor sucroalcooleiro, está previsto para ser anunciado até o final deste mês, entre segunda-feira (22) da próxima semana e o dia 30 de junho, em Brasília (DF). O anúncio deveria ser feito no Ethanol Summit, em São Paulo (SP), no início deste mês, o que não ocorreu diante a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava em viagem pelo exterior.

Participarão do evento representantes do governo, do setor sucroalcooleiro, de entidades de trabalhadores e de produtores de cana. Eles discutiram, por intermédio da Secretaria Geral da Presidência da República, por mais de um ano, a necessidade de usinas e destilarias cumprirem todas as normas trabalhistas e, assim, serem certificadas. Com o pacto, o governo federal espera acabar com as cobranças que o presidente Lula recebe em fóruns internacionais, principalmente sobre a sustentabilidade social do setor sucroalcooleiro, diante das denúncias constantes de trabalho análogo à escravidão no corte da cana.

Já as usinas podem se beneficiar com a concessão de um selo de conformidade elaborado pelo governo, cujos detalhes devem ser divulgados no evento, que aguarda agenda do presidente. O certificado pode facilitar a exportação de açúcar e etanol, bem como ajudar na redução de barreiras não-tarifárias aos produtos. Entre as condições de trabalho que as usinas têm de oferecer aos trabalhadores, e que serão cobradas no pacto, estão o fornecimento de transporte, alimentos, água potável e fresca e os equipamentos de proteção individual (EPIs). As companhias se comprometerão ainda a acabar com a contratação de cortadores indiretos, por meio de empresas terceirizadas, ou os chamados "gatos". Além do registro obrigatório em carteira, todos os trabalhadores têm ainda de ter horários regulares e com pausas para descanso durante a jornada e também semanais.

"A cobrança não vai acabar nunca, mas o pacto é importante para que haja uma transparência entre as companhias que cumprem as leis e outras que não", disse o usineiro Maurílio Biagi Filho, do grupo paulista Moema. "Há 25 anos acabamos com a contratação de trabalhadores por meio de terceiros, mas, se essa prática ainda é discutida, há o sinal que ela ainda persiste e precisa se erradicada", completou o empresário.

Brasil discute a importância dos plantios florestais para obtenção de energia renovável – Sítio Eletrônico da Contag - 02/06/2009

Começa nesta terça-feira (2), a partir das 19 horas, e vai até 5 de junho, no Expominas, durante a Superagro Minas 2009, o 1° Congresso Brasileiro sobre Florestas Energéticas. A capital mineira vira palco de discussão sobre florestas plantadas, seus mitos e as novas tecnologias para o segmento. Durante o evento, a Associação Mineira de Silvicultura (AMS) vai homenagear personalidades de destaque do setor florestal com a entrega da Medalha de Mérito da Silvicultura. A promoção do evento é uma parceria entre Embrapa e Governo de Minas Gerais, com a realização da Embrapa Florestas (Colombo/PR), da Embrapa Agroenergia (Brasília/DF) e da Sociedade de Investigações Florestais (SIF).

Entre as personalidades que serão agraciadas estão o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastásia; o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Gilman Viana Rodrigues; a secretária de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas, Elbe Brandão, e o ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Damata Pimentel.

O principal objetivo do congresso é inserir o tema 'Florestas Energéticas' no cotidiano do brasileiro, criando um fórum nacional para discussão dos plantios florestais para a geração de energia. O Brasil possui, aproximadamente, 5 milhões de hectares de florestas plantadas, das quais 64% são florestas de eucalipto, presentes em mais de 500 municípios brasileiros. "Esses plantios são a base de sustentação das atividades industriais,

sendo eles os maiores responsáveis pelo abastecimento de madeira para diversos segmentos produtivos, com destaque para o setor de celulose e papel, siderúrgico e atividades dependentes de energia de biomassa". A afirmação é de Antônio Belotte, pesquisador da Embrapa Florestas (Colombo/PR) e presidente do 1° Congresso Brasileiro sobre Florestas Energéticas.

Destinado a produtores florestais, empresas e técnicos que atuam na área florestal e em tecnologia de conversão de biomassa em energia, diretores e gerentes de empresas com programas de diversificação de usos da madeira, o 1º Congresso Brasileiro sobre Florestas Energéticas será subdivido em quatro temas: Silvicultura e produção de biomassa; Inovações tecnológicas dos processos de conversão; Derivados energéticos de alto valor agregado - novas tecnologias e Sustentabilidade ambiental, social e econômica. Poderão participar também prestadores de serviços, pesquisadores, professores e estudantes com atuação ou interesse na cadeia produtiva da madeira, com finalidade energética, além de técnicos de instituições públicas, de financiamento e de fomento ao desenvolvimento tecnológico.

Serviço:
1º Congresso Brasileiro sobre Florestas Energéticas
Data: 2 a 5 de junho de 2009.
Endereço: Expominas - Av. Amazonas, nº 6.030, Gameleira, em Belo Horizonte
Informações: www.florestasenergeticas.com.br

Fonte: Agência Contag de Notícias com informações da Embrapa

“Nos próximos 10 anos, pais se manterá líder em etanol” – Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/06/2009

O Brasil continuará líder do setor de etanol de cana-de-açúcar nos próximos 10 anos. A projeção é do físico José Goldemberg que, durante encerramento do Ethanol Summit 2009, disse acreditar que a produtividade no País tende a crescer com novas variedades geneticamente modificadas. Além disso, a área plantada deve aumentar sobre pastagens degradadas no Brasil e também em outros países na região tropical.

Goldemberg ainda vê uma grande janela de oportunidade para o País antes que o etanol de segunda geração chegue à maturidade tecnológica e comercial. Segundo ele, atualmente, os 22,5 bilhões de litros produzidos pelo Brasil já substituem 1% do consumo mundial de gasolina. "É possível substituir 10% do consumo de gasolina em 10 anos", afirma. Segundo ele, desde o início do Proálcool, em 1975, a produtividade do etanol tem crescido a uma taxa média de 4% ao ano.

A tese ganhou força no mesmo evento, após o conselheiro da delegação da Comissão Europeia no Brasil, Fabian Delcros, ter afirmado que a União Europeia está convencida de que não conseguirá produzir biocombustíveis suficientes para cumprir sua meta de redução de emissão de gás carbônico e terá de importar.

Aprovada no ano passado, meta europeia prevê adição de 10% de combustíveis renováveis em sua matriz até 2020. Mas, de acordo com o conselheiro, esse combustível, principalmente o etanol, terá de ser certificado e dentro dos padrões da União Europeia. "Quem quiser exportar para a Europa precisa ter sustentabilidade e o Brasil até tem um programa nesse sentido", disse.

"A questão é se há a compatibilidade desses programas e, para isso, o Brasil precisa apresentar o realizado aqui para um debate com a União Europeia", afirmou o conselheiro.

Delcros afirmou que a decisão da UE de importar biocombustíveis ocorre menos pelo impacto no aumento dos preços dos alimentos, que é mínimo e varia entre 3% e 10%, e mais pela falta de disponibilidade de área para o cultivo agrícola necessária para a produção.

COOPERAÇÃO

Diplomatas defenderam ontem, durante o evento, o aprofundamento da cooperação entre Brasil e Estados Unidos na pesquisa da tecnologia do etanol. "Sem ter uma forte parceria na pesquisa tecnológica não conseguiremos avançar no desenvolvimento de novas gerações do etanol", afirmou o subsecretário de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, André Amado.

Segundo ele, o Brasil lidera a produção de etanol de primeira geração, mas os Estados Unidos contam com muito mais investimentos para produzir a segunda e a terceira gerações. "Para o Brasil, é estratégico que a parceria com os Estados Unidos avance", disse.

Um memorando de entendimento sobre cooperação entre Brasil e EUA foi assinado em março de 2007. Para Amado, enquanto no Brasil cerca de 85% dos pesquisadores estão ligados ao governo, nos Estados Unidos, mais de 50% das pesquisas são amparadas pela iniciativa privada, o que garante maior aporte de recursos.

Governo quer acabar com o "gato" no campo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009

O presidente Lula deve lançar, em 15 dias, um projeto que, seguido à risca, poderá eliminar do setor sucroalcooleiro uma figura tida como responsável por parte dos problemas enfrentados por migrantes: o "gato".
Segundo o ministro interino da Secretaria Geral da Presidência, Antonio Lambertucci, a meta é valorizar boas práticas de trabalho nas usinas do país e dar prazo para quem está inadequado ajustar sua situação.
Lambertucci citou quatro problemas a serem resolvidos pelo setor. "A contratação do trabalhador deve ser direta, eliminando o intermediário nefasto [o "gato"], que tanto mal faz ao conceito do setor; contratar migrante por meio do Sine [Sistema Nacional de Emprego]; dar transparência na aferição da cana cortada e, finalmente, valorizar as negociações trabalhistas."

Setor quer qualificar cortador para exercer diversas funções – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/06/2009

DA FOLHA RIBEIRÃO, EM SÃO PAULO

Um projeto do setor sucroalcooleiro lançado ontem na Ethanol Summit, em São Paulo, pretende qualificar 7.000 cortadores de cana por ano para exercer outras funções devido à mecanização das lavouras de cana-de-açúcar. O custo inicial é de R$ 10 milhões.
Apesar de ser considerado audacioso pelos participantes, o programa é insuficiente para suprir a queda no nível de emprego nas lavouras, que hoje empregam 450 mil pessoas, segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), responsável pelo projeto.

O projeto é visto como positivo por Élio Neves, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. "À medida que a mecanização avança, o desemprego acompanha. A mecanização do algodão causou desemprego violento no passado. É óbvio que a parceria não será capaz de solucionar completamente, mas é pioneira." **(MARCELO TOLEDO)**

Brasil terá centro para álcool de cellulose – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 11/06/2009

O Brasil deve iniciar neste ano um esforço para não perder a corrida dos biocombustíveis do futuro. Em setembro, começa a funcionar em Campinas (interior paulista) o Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol, um instituto dedicado a pesquisar formas de obter o máximo de energia da celulose das plantas.
A corrida pelo álcool de segunda geração vem sendo liderada pelos EUA, que investem maciçamente nessa linha de pesquisa. O objetivo é tornar o álcool de celulose comercialmente viável num prazo curto -menos de dez anos.
Isso permitirá transformar em combustível matérias-primas que hoje vão para o lixo, como a palha de cana, ou, no caso americano, um capim chamado "switchgrass" e também a palha do milho.
O investimento inicial do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) no projeto brasileiro é de R$ 69 milhões. Para comparação, os Estados Unidos vão investir US$ 1 bilhão em nove refinarias do tipo, entre 2008 e 2013.
Para 2010 em diante, ano de mudança dos governos federal e estadual, não existe um orçamento definido. Não é a primeira vez que que se anuncia um centro nestes moldes no Brasil (veja texto à direita).
O Brasil hoje, como os demais países, usa comercialmente a chamada tecnologia de primeira geração de etanol. A sacarose da cana é fermentada para então dar forma ao álcool.
Daqui em diante, entretanto, cientistas e empresas pensam no desenvolvimento da chamada segunda geração. Seu desenvolvimento envolve quebrar a parede celular da cana-de-açúcar, composta de celulose e potencialmente rica em energia. O problema é que a celulose não fermenta, e sua quebra precisa ser feita por meio de enzimas ou solventes. Até hoje não se conseguiu fazer isso em escala comercial, mas o prêmio para quem conseguir é grande.
"Pelos nossos cálculos, é possível ter um ganho de produção na mesma área plantada de cana da ordem de 40%", afirma o botânico Marcos Buckeridge, da USP, recém-escolhido diretor científico do CTBE.
O grande ícone do novo centro, entretanto, deve começar a ser testado em janeiro. "Teremos uma planta piloto totalmente voltada para a segunda geração", diz Buckeridge.

O time de cientistas do CTBE terá 42 pessoas. Parte do grupo terá o desafio de quebrar a parede celular sem o uso de solventes caros e sem a produção colateral de muitos resíduos. Em três ou quatro anos, calcula Buckeridge, esse campo de pesquisa deve começar a render frutos. Resta saber se no Brasil, nos EUA ou na Europa.

Sem verba, polo nacional está fechado – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 11/06/2009

Em janeiro de 2004, na Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"), o próprio presidente Lula inaugurou o Polo Nacional de Biocombustíveis, centro que também tinha o objetivo de reunir e desenvolver as pesquisas com os biocombustíveis no Brasil. O centro está fechado para uma completa "reformulação", segundo informa a assessoria de comunicação da Esalq.
A expectativa dos diretores da escola, localizada em Piracicaba (SP), é que a reabertura do polo ocorra em três meses.
Enquanto a Esalq cedeu as instalações do centro, caberia ao governo federal financiar o funcionamento do órgão. O dinheiro, no entanto, não veio.
Em Piracicaba existe ainda um dos polos tecnológicos do governo estadual que, no caso, é voltado para os biocombustíveis. O plano era que o polo nacional e o estadual convergissem. **(EG)**

Pacto trabalhista no setor sucroalcooleiro deve ser anunciado este mês – Sítio Eletrônico da CNA – 17/06/2009

O "Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar", pacto que pretende garantir as condições mínimas de trabalho no setor sucroalcooleiro, está previsto para ser anunciado até o final deste mês, entre segunda-feira (22) da próxima semana e o dia 30 de junho, em Brasília (DF).

O anúncio deveria ser feito no Ethanol Summit, em São Paulo (SP), no início deste mês, o que não ocorreu diante a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava em viagem pelo exterior. Participarão do evento representantes do governo, do setor sucroalcooleiro, de entidades de trabalhadores e de produtores de cana. Eles discutiram, por intermédio da Secretaria Geral da Presidência da República, por mais de um ano, a necessidade de usinas e destilarias cumprirem todas as normas trabalhistas e, assim, serem certificadas. Com o pacto, o governo federal espera acabar com as cobranças que o presidente Lula recebe em fóruns internacionais, principalmente sobre a sustentabilidade social do setor sucroalcooleiro, diante das denúncias constantes de trabalho análogo à escravidão no corte da cana. Já as usinas podem se beneficiar com a concessão de um selo de conformidade elaborado pelo governo, cujos detalhes devem ser divulgados no evento, que aguarda agenda do presidente.

O certificado pode facilitar a exportação de açúcar e etanol, bem como ajudar na redução de

barreiras não-tarifárias aos produtos. Entre as condições de trabalho que as usinas têm de oferecer aos trabalhadores, e que serão cobradas no pacto, estão o fornecimento de transporte, alimentos, água potável e fresca e os equipamentos de proteção individual (EPIs). As companhias se comprometerão ainda a acabar com a contratação de cortadores indiretos, por meio de empresas terceirizadas, ou os chamados "gatos".

Além do registro obrigatório em carteira, todos os trabalhadores têm ainda de ter horários regulares e com pausas para descanso durante a jornada e também semanais. "A cobrança não vai acabar nunca, mas o pacto é importante para que haja uma transparência entre as companhias que cumprem as leis e outras que não", disse o usineiro Maurílio Biagi Filho, do grupo paulista Moema. "Há 25 anos acabamos com a contratação de trabalhadores por meio de terceiros, mas, se essa prática ainda é discutida, há o sinal que ela ainda persiste e precisa se erradicada", completou o empresário.

Brasil firma acordo para melhorar condições de trabalho nos canaviais – Sítio Eletrônico da CNA – 25/06/2009

O governo firma, nesta quinta-feira (25), o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar com o objetivo de melhorar as condições de trabalho nos canaviais. O termo, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes de empresários e trabalhadores, prevê regras mais humanas na produção e medidas de saúde e educação.

A negociação, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência, determina, por exemplo, que o contrato de trabalho passará a ser sempre feito diretamente entre a empresa e o trabalhador, eliminando o intermediário (o gato). A contratação do trabalhador migrante terá intermediação do Sistema Público de Emprego, garantindo, assim, condições adequadas. Será assegurada maior transparência na aferição da cana cortada, com conhecimento prévio dos trabalhadores sobre o preço a ser pago e a forma de medição. Além de erradicar o trabalho infantil e forçado, haverá proteção ao desempregado, inclusive de trabalhadores no corte manual no período da entressafra.

A valorização da atividade sindical e da negociação coletiva e da responsabilidade empresarial terão um papel decisivo na humanização das condições de vida e trabalho. As usinas deverão divulgar as regras de boas práticas no âmbito das relações de trabalho junto aos fornecedores independentes de cana-de-açúcar. Ficou acertado, também, o direito a receber equipamentos de proteção individual em toda a cadeia produtiva. A empresa que aderir voluntariamente ao Compromisso será submetida a um mecanismo de verificação de que os pontos do acordo estão sendo cumpridos.

Setor produtivo - O Brasil, um grande e tradicional produtor e exportador de açúcar, desenvolveu um dos mais bem-sucedidos programas de produção e uso de biocombustíveis

basedo no plantio de cana-de-açúcar. A safra de 2008/2009 destinada à produção sucroalcooleira (somente açúcar, etanol e eletricidade) foi de 572,64 milhões de toneladas de cana. Há, ainda, a produção de cana-de-açúcar usada em produtos tradicionais, como a cachaça e a rapadura, e a alcoolquímica.

A produção de cana-de-açúcar concentra-se nas regiões Centro-Sul e Nordeste e ocupa aproximadamente nove milhões de hectares, o que representa cerca de 1% da área agricultável do País. Deles, são usados cerca de 7,7 milhões de hectares para a indústria sucroalcooleira. O expressivo ganho de produtividade nas últimas décadas, nas fases agrícola e industrial da produção de açúcar e etanol, vem reduzindo relativamente a necessidade de ampliar a área plantada.

Entidades - Na negociação, os trabalhadores foram representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp); os empresários, pelo Fórum Nacional Sucroenergético e pela União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica). Pelo Governo Federal, participaram a Secretaria-Geral e Casa Civil da Presidência da República e os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Educação (MEC) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

* Informações fornecidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Lula espera menos críticas ao etanol do Brasil após acordo de hoje – Sítio Eletrônico da CNA – 25/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse há pouco que o termo de compromisso assinado hoje entre trabalhadores da cana-de-açúcar, usineiros e governo, para melhorar as condições de trabalho do setor, vai ajudar a diminuir as críticas que são feitas no exterior à produção brasileira de etanol. Segundo o presidente, o acordo tem, entre outros objetivos, "resolver essas coisas que eram motivos usados contra nós no exterior". Ele contou que até trabalhadores do setor de cana-de-açúcar chegaram a ser levados para outros países para criticar o setor sucroalcooleiro.

Lula contou, sem dar nomes, que, certa vez, ouviu de uma autoridade estrangeira que o trabalho de corte da cana era muito penoso. "Eu respondi que sabia que era um trabalho duro, mas melhor que o trabalho em uma mina de carvão, que foi o que transformou o país dele (da autoridade estrangeira) em uma potência", disse.

Lula, que se autodefiniu como "garoto propaganda" do etanol no mundo, disse que, décadas atrás, os trabalhadores e os donos das usinas eram "inimigos de classe, sem sequer se conhecer". Segundo ele, nos últimos anos, começou a haver uma aproximação entre sindicalistas, o PT e os usineiros e deu como exemplo o mandato do atual deputado Antonio Palocci como prefeito de Ribeirão Preto (SP), que ajudou nesse diálogo.

O presidente comparou os usineiros aos evangélicos, afirmando que todos os políticos querem os votos de ambos, mas têm vergonha disso. Segundo o presidente da União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica), Marcos Jank, o compromisso assinado hoje prevê a adoção de "50 práticas empresariais exemplares" no tratamento dos operários. Um dos principais compromissos assumidos pelas 303 usinas que assinaram o acordo foi a contratação direta dos trabalhadores que atuam no plantio e no corte da cana, eliminando assim a figura do intermediário, conhecido como "gato". Jank também reconheceu que esse compromisso de melhores práticas "ajudará a aprovar a sustentabilidade do etanol brasileiro".

A assinatura do acordo, realizada no Palácio do Buriti, em Brasília, foi marcado por momentos de bom humor. O presidente Lula recebeu um facão de cortar cana de presente de trabalhadores e, ao posar para a foto com o objeto, disse, sorridente, que aquilo não poderia ser interpretado como um objeto de violência, mas de paz e trabalho. Depois, Lula recebeu uma cesta com alguns produtos fabricados a partir da cana. Ele retirou da cesta o pacote de rapadura, mostrou-o aos repórteres e disse: "Isso é rapadura. É doce, mas não é mole."

Ao fim do evento, Lula recebeu um bilhete do lavrador Antônio Carlos, no qual o operário dizia ao presidente que também era boxeador e campeão do Pontal do Paranapanema. O "pugilista" aproveitou a deixa para pedir patrocínio do governo. Lula disse que ia passar o contato dele para o ministério dos Esportes e perguntou se ele era campeão do Pontal por ter vencido o líder sem-terra José Rainha. "Que é bem pequeno", brincou Lula. O presidente ainda brincou que já foi treinador de boxe, mas que deixou a atividade porque achava aquilo "excessivamente violento".

Agência Estado

Energia renovável pode ser produzida por agricultores familiares – Sítio Eletrônico da Contag - 22/06/2009

Programa de rádio da Embrapa explica como produtores rurais podem utilizar resíduos agrícolas para produção de energia

"Utilização de resíduos agrícolas oriundos da agricultura familiar na produção de energia renovável" é tema do programa de rádio Prosa Rural, da Embrapa Informação

Tecnológica, que será veiculado em todas as regiões do Brasil, na semana do dia 22 ao dia 28 de junho. O tema será apresentado pela Embrapa Agroenergia, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No programa o pesquisador da Embrapa Agroenergia, José Dilcio Rocha, explica como os agricultores familiares podem utilizar resíduos agrícolas produzidos na propriedade rural para produção de energia. Em toda propriedade rural são encontrados diversos resíduos, como sobras de madeira, casca de arroz e de café, sabugo de milho, caroço de açaí, bagaço de limão e laranja, entre outros.

De acordo com o pesquisador, qualquer resíduo agrícola ou florestal pode ser matéria prima para a produção de briquetes - uma fonte concentrada e comprimida de material energético que pode ser queimado no lugar da lenha.

Os briquetes são produzidos a partir de qualquer biomassa vegetal, matéria-prima que deve ser processada por uma briquetadeira, máquina com capacidade para processar entre 50 e 1000 kg/h de resíduos. O pesquisador desenvolveu uma briquetadeira que está sendo fabricada por empresas da iniciativa privada. O equipamento deve ser dimensionado para atender a cada propriedade e ter um custo de investimento e operacional compatível.

Durante o programa, Dilcio explica os procedimentos a serem adotados para a produção dos briquetes. O primeiro passo é manusear os resíduos com o mesmo cuidado com que se manuseia produção de alimentos. Além disso, devem estar fora de alcance da chuva e terra. Dado o primeiro passo, os resíduos devem ser secados e moídos. Logo após, o resíduo estará pronto para ser briquetado.

Com o material na mão é hora do produtor ganhar dinheiro. Dilcio sugere que o produtor deve buscar na cidade mais próxima, estabelecimentos comerciais que tenham forno ou caldeira para serem compradores dos briquetes produzidos. Pizzaria, padaria, hotel, olaria ou cerâmica, laticínios, indústria de gesso, entre outros que usam forno são sugestões.

É importante também fazer um plano de negócios para controlar os custos envolvidos nesta atividade, que pode ser feita com a parceria da assistência técnica ou da associação de produtores. O produtor rural deve se organizar com outros produtores para adquirir equipamentos mais caros como briquetadeira, secador e picador.

Diante dos preços altos dos combustíveis tradicionais, da crescente conscientização quanto à preservação ambiental e das dificuldades para obtenção de lenha, a produção de briquetes se apresenta como uma alternativa que traz benefícios sociais, econômicos e ambientais. O biocombustível substitui a lenha na sua totalidade, sem a necessidade de qualquer modificação no equipamento, inclusive os novos fornos a lenha compactos trazendo assim economia, comodidade, rentabilidade e a garantia no fornecimento. "Esse aproveitamento ajuda na renda do pequeno produtor, além de evitar que este material seja queimado a céu aberto, causando danos ao meio ambiente", conclui o pesquisador.

Além das sugestões do pesquisador, os ouvintes também podem escutar dicas para produção dos briquetes. Produzido por Dijalma Barbosa da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em um diálogo informal, entre casal de produtores, Dona Maria convence

Seu Zé que, no lote onde moram, muito produtos podem ser reciclados e virar lenha ecológica. Desse jeito, não faltará mais fogo para cozinhar.

Fonte: Embrapa

CPT critica falsa tentativa de certificação do etanol – Sítio eletrônico da CPT – 25/06/2009

Não tem como existir uma certificação social da produção de etanol se o trabalho degradante, a destruição ambiental e a concentração de terra e de renda são inerentes ao seu histórico modelo de exploração.

Nesta quinta-feira, dia 25, o presidente Lula assinou um pacto, de "livre adesão", com representações governamentais, de trabalhadores e empresários, produtores de etanol, após uma mesa de negociações que se desenvolveu no último ano. Sob o nome de "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar", o documento, elaborado pela Secretaria Geral da Presidência da República, tem como objetivo estimular e garantir as "melhores práticas" nas relações de trabalho e garantir o denominado "trabalho decente". Com essa finalidade, adotou como principais pontos a contratação direta (fim da terceirização), o acesso do diretor sindical aos locais do trabalho, o transporte seguro e gratuito, assegurar o mecanismo de aferição de produção previamente acertada com o trabalhador, além do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Desse modo, o acordo não acrescenta nada às conquistas já existentes na legislação trabalhista e nos dissídios coletivos, os quais são descumpridos, de forma crônica e contínua, pelas empresas que empregam os canavieiros brasileiros. Então, quem serão os beneficiados neste acordo? Tudo indica que mais uma vez serão os de sempre **:** os usineiros, os mais recentes "heróis nacionais".

De fato, o que se percebe com muita clareza é que o principal objetivo deste acordo precário é preparar o terreno para a certificação social da atividade canavieira pelas empresas, sem mudar suas práticas, mas atestando a "qualidade" das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro no país, o que não existe. A criação dessa certificação foi recentemente anunciada por Lula, em discurso durante a reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, no último dia 14. Para as organizações de direitos humanos e movimentos sociais, a motivação deste acordo visa unicamente sanar a rejeição internacional ao etanol brasileiro, provocada pelas centenas de denúncias que comprovam a relação intrínseca entre a produção de agrocombustível com o trabalho escravo e a devastação do meio ambiente.

O etanol brasileiro foi apresentado ao mundo, pelo Governo, como a salvação para a crise energética e para o combate à poluição proveniente dos combustíveis fosseis. Desde então, os usineiros passaram a ser proclamados oficialmente como "heróis nacionais". Em setembro de 2007, o Presidente Lula chegou a visitar a Dinamarca, Finlândia, Noruega e

Suécia, para tratar de investimentos entre os países. Naquela ocasião, o principal ponto de pauta foi o incentivo a pesquisas e comercialização do etanol brasileiro na Europa. Na Suécia - um dos maiores pesquisadores de agrocombustíveis do mundo e um dos maiores importadores do etanol brasileiro -, o Presidente foi questionado sobre o trabalho escravo nos canaviais brasileiros. Para restabelecer a imagem positiva dos agrocombustíveis, o Presidente apontou, como saída, a criação de uma espécie de "certificado social" envolvendo uma série de medidas que deveriam ser adotadas voluntariamente pelas Usinas para amenizar a situação de exploração dos canavieiros e canavieiras.

Se o etanol é combustível limpo, é somente do cano de escape do carro para fora, pois, até chegar lá, o chamado "biocombustível" incorpora um altíssimo custo social e ambiental. Portanto, não tem como ter certificação social se é inerente ao modelo de produção do etanol a superexploração do trabalho, a degradação ambiental, além da concentração da terra e da renda. De acordo com dados da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3.060, 51%, o foram das lavouras de cana de açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, 48%, quase metade dos trabalhadores mantidos escravos no país o eram por grandes produtores de "combustível verde e limpo". E em 2009 já são 951, 52% do total. Uma progressão considerável se comparada aos anos anteriores (1.605 libertados entre 2003 e 2006, ou seja 10% do total de libertados neste período).

O setor sucroalcooleiro e a dependência de recursos públicos - Nos últimos anos, o Governo Brasileiro intensificou seu apoio ao agronegócio, priorizando o Programa de Agrocombustíveis, a partir do etanol. Além de propor a regularização da grilagem de terras na Amazônia e de alienar partes extensas do território nacional às empresas transnacionais, o Governo disponibiliza grandes quantidades de recursos públicos ao agronegócio. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, anunciou recentemente, em um evento da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), em São Paulo, que o país manteve a liderança de produção do agrocombustível no mundo, e que a expansão ainda maior do etanol para o exterior é de fundamental interesse do governo. Só este ano, o setor recebeu mais de R$ 3,2 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. O valor supera em 36% o que foi investido no mesmo período do ano de 2008. Os recursos do BNDES destinados ao agrocombustível são extraídos, em grande medida, dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No final de 2008, o incentivo aos agrocombustíveis sofreu uma forte redução. A crise financeira internacional, logo em seu início, impactou fortemente a atividade sucroalcooleira. Essa redução de investimentos denunciou, mais uma vez, a fragilidade e a conhecida dependência do setor dos recursos públicos e da ação do Estado.

A destruição causada pela produção de etanol no Nordeste – Na região, as usinas historicamente violam os direitos trabalhistas e negam a função social da terra, além de promoverem também a constante degradação do meio ambiente. Estudos comprovam que para cada litro de etanol produzido nas usinas, são gerados 12 litros de vinhoto - substância tóxica que destrói a biodiversidade. Como os dejetos são despejados nos rios,

boa parte das águas que cortam as Usinas está contaminada. Outros fatores também agravam ainda mais a devastação do meio ambiente: o uso de agrotóxicos e as queimadas. Os governos Federal e Estadual continuam, na Zona da Mata nordestina, a não cobrar os débitos milionários de muitas usinas. Em vez de executar essas dívidas fiscais e tributárias - e, por essa via, obter terras para assentar trabalhadores e trabalhadoras -, os governos facilitam o perdão ou securitização das dívidas, favorecendo novos financiamentos para devedores crônicos e reincidentes.

Desafio das entidades e movimentos sociais para combater a produção de etanol e Trabalho Escravo - O enfrentamento ao trabalho escravo na produção do açúcar e do álcool segue sendo um dos principais desafios para os movimentos sociais e entidades de direitos humanos. Denúncias frequentes são encaminhadas aos órgãos competentes, mas poucas delas originam rigorosas fiscalizações por parte do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Por sua vez, ao rastrear os canaviais e flagrar condições degradantes de trabalho, o Ministério Público do Trabalho acaba descartando a qualificação de trabalho escravo, em benefício de medidas mitigatórias que nada resolvem.

É hora de recolocar em pauta a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional PEC 438/2001, sempre protelada pela bancada ruralista do Congresso Nacional, que prevê a expropriação, para fins de Reforma Agrária, das terras em que forem encontrados trabalhadores em situação análoga à de escravos. É hora de acabar de vez com essa vergonha em nosso país ao invés de tentar "maquiar" a realidade de centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais nos mais distantes rincões do campo brasileiro, esquecidos por um governo que os encobre com falsos selos politicamente corretos na busca desenfreada por uma imagem socialmente limpa no mercado agroexportador.

Goiânia, 25 de junho de 2009.

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Maiores informações:

Xavier Plassat (coordenação da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo) – (63) 9221-9957

Marluce Melo (coordenação da CPT Nordeste II) – (81) 8893-4176

Plácido Júnior (coordenação da CPT Nordeste II) – (81) 8893-4175

País quer combater trabalho escravo – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/06/2009

Usinas assinam na semana que vem um acordo com o governo para garantir condições mínimas de trabalho no setor de cana-de-açúcar. Ontem, na OrganizaçãoInternacionaldoTrabalho (OIT), Lula anunciou o entendimento, emumsinal para a comunidade estrangeira de que o setor do etanol está tentando atender às exigências

de importadores. A esperança do Brasil é a de dar uma demonstração de que começa a lidar com a questão do trabalho escravo no País, principalmente na produção de etanol.

Desdeaexpansãodobiocombustível, oBrasilvemsendoatacado pelas questões sociais envolvidas na produção da cana.

ONGsegovernoseuropeusalertaram que não aceitariam a importação de etanol que viesse de trabalho degradante ou escravo.

NaEuropa, deputados já sugeriram a criação de cláusulas trabalhistas e sociais para importar o etanol. O governo brasileiro julga que parte dessa preocupação com os trabalhadores da cana seja apenas um desculpa para legitimar medidas protecionistas.

Maso próprio governo já admitiu existir o trabalho escravo no setor da cana, e isso é algo que precisa ser superado.

"Apostamos no diálogo social parahumanizarotrabalho",disse Lula, em discurso a mais de 3 mil pessoas na AssembleiaGeraldaOIT."

Napróximasemana, vamos assinar – trabalhadores, empresários e governo – umacordo histórico para aperfeiçoar as condiçõeseas relaçõesdetrabalhonacana.

Otrabalhonosetor vai se tornar muito mais digno e seguro.Ea produção brasileira de biocombustíveisestarácadavezmaiscercada de garantias trabalhistas, ambientaisedesegurança alimentar", afirmou Lula.

SegundoaSecretaria-Geral da Presidência, o acordo foi sugerido a 413 indústrias do setor, sendo 248 unidades mistas (fabricantes de açúcar e etanol), 15 que produzem açúcar e 150 que produzemetanol.

SegundooministrodoTrabalho, CarlosLupi, o acordo estabelecerá 18 critérios que usinas terão de cumprir para empregar seus trabalhadores no corte.

"Essas exigências incluem salários decentes, equipamentos de proteção, alimentação adequada", disse Lupi.Oacordo ainda é voluntário.

Mas as empresas queaderiremvãoganharum selodequalidadequevaicredenciar inclusive as eventuais exportações de etanol.

"Isso é para convencer os europeusdequepodemtranquilamente comprar etanol.

O que queremos é criar uma situação para acabar com o trabalho escravo", disse Lupi. Segundo ele, será exigida uma média de renda acima dosalário mínimo.Ocumprimento da exigência será fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, que vai distribuir o selo de qualidade e ainda punir empresas.

'Nãopodemospermitirqueadireita useoimigrantecomoomaldanação'

O presidente Luiz Inácio Lula daSilva criticou duramenteontem a campanha dos partidos de direita na Europa contra os imigrantes. "Não são os imigrantes os responsáveis pela crise,nãosãoospobresnomundo", afirmou, na reunião da OrganizaçãoInternacionaldoTrabalho (OIT), em Genebra.

"Quem causou a crise foram os países ricos."

A xenofobia vem recrudescendo na Europa após a explosão do desemprego. As medidas anti-imigração se multiplicaram.

Partidos de direita passaram a ganhar eleições com a promessa de barrar a entrada de estrangeiros, que estariam tirando o trabalho da populaçãolocal.

Essediscursofoioresponsável pela vitória da direita nas últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Na Itália, o governo Berlusconi chegou a propor a suspensão da distribuição de vistos de trabalho.OReinoUnidopassou a exigir título de mestrado aos candidatos a umvisto de entrada. Na Espanha, 40% dos imigrantes estão já sem trabalho, ante amédia nacional de 18%. "Não podemos permitir que a direita use o trabalhador imigrante como se fosse o mal da nação.Emalgumascampanhas políticas, o maior instrumento da direita é dizer que vai diminuir a imigração", disse Lula.

"Sónesteano,50milhõesdetrabalhadores poderão perder o emprego.Algunstentamtransferir o ônus da crise para os mais fracos, e aí aparece a face oculta e cruel da globalização.

Cresce a xenofobia e os trabalhadores imigrantes se tornam osbodesexpiatórios.Acomunidade internacional não pode permitir isso."

Emdiscurso no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, também ontem, Lula fezomesmoalerta. "Osresponsáveis pela crise não são os imigrantes, masosmesmosquedurantesséculossabiamcomoensinar a administrar os Estados.

Sabiam ter ingerência nos países pobres da América Latina e da África. E esses mesmos senhores, que sabiam de tudoum tempo atrás, hoje não sabem mais nada, não conseguem explicar como davam tanto palpite nas políticas dos países pobresenãotêmsequerumapalavraparaanalisaracrisenospaíses ricos", disse ele.

Lula apontou o Brasil como exemplo de política de imigração.

"No Brasil, acabamos de legalizar centenas de milhares de imigrantes ilegais. Foi para dar uma resposta aos que querem encontrar os responsáveis pela sua própria desgraça", disse, acrescentando que " nunca viu sindicalista brasileirofazendo discursocontraimigrante".

Energia eólica é suficiente para suprir o mundo – Estado de São Paulo – Vida & - 23/06/2009

O vento pode suprir as necessidades energéticas do mundo, segundo estudo publicado hoje na revista científica Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS). A notícia é um bom presságio para os defensores das fontes limpas de energia.
A matriz eólica, como a solar, suscita esperanças na luta contra o aquecimento global.

Pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e do Centro de Pesquisa Técnica VTT, da Finlândia, dividiram o globo em áreas de 3,3 mil quilômetros quadrados. Analisaram, então, a velocidade do vento nas secções localizadas fora das zonas urbanas, das florestas e das geleiras, ou seja, onde seria possível instalar torres para capturar a energia do vento - os aerogeradores.

Mesmo áreas no mar foram consideradas no estudo, mas limitadas a regiões onde a profundidade é inferior a 200 metros e a distância da costa não excede 92,6 quilômetros.

Os cientistas determinaram então a energia que poderia ser produzida em cada turbina eólica com base na velocidade local do vento, na densidade do ar, no possível espaçamento dos aerogeradores e no tamanho das hélices.

Os aerogeradores implantados em terra firme conseguiriam produzir o equivalente a 40 vezes o consumo mundial de eletricidade e cerca de cinco vezes o consumo de energia em todas as suas formas. Os pesquisadores consideraram para o experimento o uso de turbinas de 2,5 megawatts com aproveitamento médio superior a 20% durante o ano.

Nos Estados Unidos, por exemplo, seria possível produzir 16 vezes o consumo atual de eletricidade do país.

Um dos autores do estudo, Michael McElroy, da Universidade Harvard, considera essencial um esforço global para viabilizar o uso da energia eólica em todo o mundo. "Também seria necessário reformar o sistema de distribuição de eletricidade atual", aponta McElroy.

BRASIL

Se os cálculos para o Brasil estiverem certos, só os aerogeradores terrestres produziriam, no mínimo, cerca de 14 vezes a eletricidade consumida no País. Para os aerogeradores marítimos, a proporção seria mais modesta: cerca de três vezes as necessidades brasileiras de energia elétrica.

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ênio Bueno, especialista em energia eólica, pondera que o estudo leva em conta apenas o potencial de aproveitamento dos ventos para geração de energia. "Seria preciso considerar também a viabilidade técnica em cada local e a viabilidade financeira", aponta. "Isso reduz muito a previsão dos pesquisadores." Estudo dos técnicos do Inpe, divulgado pelo Estado em janeiro, mostra que os ventos brasileiros podem atender mais de 60% do consumo nacional de energia de forma competitiva. Com o barateamento progressivo da tecnologia, o porcentual deve aumentar.

Atualmente, menos de 1% da energia consumida no país é gerada por vento.

ENERGIA LIMPA

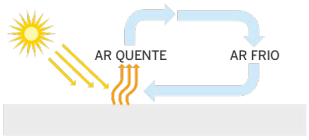
Entenda o processo

Estudo mostra que energia eólica poderia suprir necessidades energéticas do mundo com folga

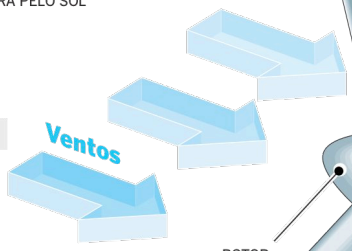
O que é

Turbinas eólicas ou aerogeradores captam a energia do vento e a transformam em eletricidade. São instaladas em locais com ventos constantes

OS VENTOS SE FORMAM PRINCIPALMENTE POR CAUSA DO AQUECIMENTO DESIGUAL DA ATMOSFERA PELO SOL



AS IRREGULARIDADES DA SUPERFÍCIE E A ROTAÇÃO DA TERRA TAMBÉM AJUDAM



Como funciona

1 A força do vento gira as três pás que propulsionam um rotor. Este se conecta com o eixo principal que move um gerador

2 Dentro da turbina há um multiplicador de velocidade que gira o rotor a 1.500 giros por minuto. Isso permite que o gerador produza eletricidade

3 A eletricidade é enviada por cabos que descem pelo interior da torre e se conectam com uma rede de energia

INFOGRÁFICO: RUBENS PAIVA/AE

Etanol aparece em relatório de trabalho escravo – Folha de São Paulo – Brasil – 17/06/2009

O trabalho de brasileiros em situação análoga à de escravos na produção do etanol é mencionado na edição mais recente do relatório anual do Departamento de Estado americano sobre tráfico de pessoas, produzido a pedido do Congresso dos EUA.
"Cerca de metade das vítimas libertadas em 2008 foram encontradas em fazendas de plantação de cana-de-açúcar para a produção e exportação do etanol, um biocombustível, além da produção de cana-de-açúcar para utilização em alimentos e em eletricidade", diz o relatório.
Apesar de ser o primeiro do tipo a vir com a assinatura de Barack Obama, o relatório foi apurado entre março de 2008 e março deste ano -portanto em grande parte sob a gestão de George W. Bush.
A menção ao etanol aparece no contexto do aumento de operações do tipo realizadas no Brasil pelo Ministério do Trabalho: 154 ações feitas em 290 propriedades, que encontraram em 5.016 vítimas.
"Em 19 operações, foram resgatadas 2.553 vítimas de trabalho forçado em fazendas de açúcar, onde os trabalhadores podem ser submetidos a uma alta cota diária de produção e corte", diz o texto.
O relatório trata de 175 países e os classifica conforme o empenho de seus governos de combater o tráfico humano. O Brasil é o segundo melhor grupo, mesma posição ocupada nos dois anos anteriores.
A União da Indústria da Cana-de-Açúcar diz que nenhum caso citado no relatório levou a condenação até agora e que é contra "qualquer irregularidade na área trabalhista".

Usina não será obrigada a dar comida a cortadores de cana – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2009

Com avanços reconhecidos por governo, empresários e trabalhadores, o compromisso nacional para melhorar as condições de trabalho no setor sucroalcooleiro não mexerá na realidade de insegurança alimentar dos cortadores de cana.
A **Folha** teve acesso ao documento final, que será lançado na próxima quinta-feira pelo presidente Lula. No item alimentação, o compromisso dos usineiros para no fornecimento de recipientes a fim de manter o alimento aquecido.
Os trabalhadores e o próprio presidente esperavam que os empresários assumissem a responsabilidade pela comida.
Semanas atrás, em evento reservado no qual lhe foi apresentado o texto, Lula reclamou com

os usineiros. "Você está dando uma marmita térmica, mas cadê a comida? Está vazia?", teria dito, segundo relato de presentes ao encontro.
O fornecimento da alimentação, na prática, traria dois ganhos imediatos aos cortadores: uma refeição balanceada e, em consequência, menos problemas de saúde. "Esse assunto [da alimentação] continuará presente nas negociações e virá ao compromisso, sem dúvida", diz Marcos Jank, presidente da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar). Ele cita a logística complicada e o alto custo como os empecilhos atuais.
Segundo os próprios trabalhadores, a ausência desse ponto não esvazia a importância do compromisso nacional, construído por dez meses numa mesa de diálogo entre governo, trabalhadores e empresários, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência.
"Pela primeira vez no Brasil uma atividade produtiva faz uma discussão como essa. Por isso acreditamos no compromisso", afirma Antonio Lucas, da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). "É um marco que merece ser enaltecido", diz Elio Neves, presidente da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).
Hoje, há 1,2 milhão de pessoas no setor. O foco do compromisso, porém, está nos 500 mil cortadores de cana, vítimas do ritmo exaustivo de trabalho e algumas vezes flagrados em situação degradante.
O lançamento desse compromisso é o primeiro passo para mudar essa realidade e evitar que a imagem do álcool brasileiro no exterior seja atrelado a esse tipo de denúncia. Em 2007, Lula chamou de "heróis" os usineiros brasileiros, o que provocou críticas de acadêmicos e de movimentos sociais.
A adesão será voluntária e, em troca, os empresários terão seus nomes incluídos numa espécie de "lista branca" das boas práticas. No Brasil, há 413 usinas, e, até ontem, ao menos 60 já haviam sinalizado pela assinatura do documento.
A mesa de diálogo será mantida para buscar ajustes no texto e fiscalizar as empresas signatárias por meio de auditorias independentes.
"As que optarem [pelo compromisso] servirão de modelo para as demais", afirma Jank.
O compromisso é uma espécie de termo de ajustamento de conduta adotado pelo Ministério Público, só que sem multa. "Mas esse [termo] tem compromissos morais", afirma Renato Cunha, do Fórum Nacional Sucroenergético, que reúne usinas de todo o país.
No texto, destaca-se o compromisso dos usineiros de apenas contratar os cortadores de forma direta, eliminado assim a terceirização e a participação do "gato" -o aliciador de mão de obra degradante.

Trabalhador quer piso nacional, e usineiro, mais políticas públicas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2009

Finalizado o primeiro compromisso da cana-de-açúcar, chamado de histórico pelo presidente Lula, trabalhadores cobram agora novas iniciativas dos usineiros, enquanto estes pedem mais políticas públicas ao governo federal.
Do lado dos trabalhadores, a principal demanda aos empresários é pelo fornecimento da comida. Fernando Carneiro, professor de epidemiologia e saúde ambiental da UnB (Universidade de Brasília), diz que a situação dos cortadores é de insegurança alimentar. "Não falo nem da qualidade, mas da falta de comida mesmo. É uma situação de insegurança alimentar grave. Mal alimentado, o organismo entra em colapso", diz Carneiro, que, em pesquisa, identificou que a situação de insegurança alimentar dos boias-frias é quatro vezes superior à de um assentado.
Além da alimentação, os trabalhadores querem a adoção de um piso salarial nacional, para que o pagamento não seja baseado apenas na produção, fator que os incentiva a trabalhar no limite da exaustão.
Cobrados pela alimentação, os empresários pedem a criação de um seguro-desemprego no período da entressafra.
"As coisas são degrau por degrau. É preciso haver mais políticas públicas e um seguro-desemprego ao trabalhador temporário", diz Renato Cunha, do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco e, na mesa de diálogo, representante do Fórum Nacional Sucroenergético. **(ES)**

Lula assina termo de boas práticas para o setor – Sítio Eletronico da Contag - 26/06/2009

O movimento sindical do campo viveu momento histórico ontem (26), em Brasília. Após 17 reuniões e aproximadamente um ano intenso de debates, o grupo de trabalho formado pelo governo, pelos usineiros e o pelo Movimento Sindical do Campo fechou proposta inédita para o setor canavieiro. O documento, chamado Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, foi apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e já no lançamento teve a adesão de 75% das usinas do País.

O documento traz série de medidas que beneficiarão os trabalhadores na contratação direta, na previdência social, no fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual, no transporte seguro, entre outras ações. “Aprendemos a compreender melhor os empresários, mas creio que eles compreenderam muito mais a nossa situação também. Esse

compromisso nos orgulha e, com certeza, vai mudar as relações de trabalho, com essa grande experiência, que é única, em todo o território nacional", afirma o presidente da Contag, Alberto Broch.

Apesar dos avanços, Broch informa que os trabalhadores e as trabalhadoras vão continuar na luta por mais benefícios, como o da distribuição de alimentação, gratuitamente. Na solenidade, Lula recebeu de um grupo de cortadores e cortadoras uma cesta com produtos derivados da cana. O presidente afirmou que o acordo é exemplo para outros setores e que o cumprimento dessas normas projeta o Brasil para o cenário internacional. "É essa discussão que eu acho que tanto o trabalhador como o empresário entenderam, que se a gente estiver em harmonia, fazendo as coisas corretas, é vantagem comparativa para o Brasil no mundo da competitividade. Temos de saber que nessa disputa não temos medo de debater em lugar nenhum do mundo, com quem quer que seja", afirma.

Lula também ressaltou que o governo vai se empenhar para readequar os trabalhadores e as trabalhadoras atingidos pela mecanização, no setor. "Brigamos a vida inteira contra o trabalho insalubre e perigoso no campo, e somos favoráveis à que essa tarefa seja cada vez menos feita pelo ser humano, manualmente. Mas aí entra outro desafio: onde colocar o sustento, onde colocar esse trabalhador na ativa para tirar o pão de cada dia", conclui.

As práticas a ser cumpridas pelas empresas serão monitoradas pelo grupo de trabalho formado pela Contag, pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp) e pelo governo federal.

"A idéia é de que essas práticas aprovadas valham dois anos, com nossa avaliação a cada seis meses. É importante porque assim conseguimos reformular e avançar em vários outros itens que não tiveram acordo, como o da distribuição da alimentação gratuita, por exemplo," afirma o secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da Contag, Antônio Lucas.

Fonte: Danielle Santos, Agência Contag de Notícias.

Trabalhadores pediam alimentação, mas levaram só marmita térmica

BRASÍLIA. Embora os trabalhadores continuem cobrando avanços no acordo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou ontem a adesão de 303 usinas, de um total de 413, ao compromisso para aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo de cana-de-açúcar. O presidente vê no acordo uma maneira de retirar as barreiras externas impostas ao etanol brasileiro sob o argumento de que há trabalho análogo à escravidão nos canaviais.

O acordo começou a ser negociado em julho passado e tem 18 pontos, sendo o mais importante o fim da contratação indireta dos trabalhadores, eliminando a figura do "gato".

O compromisso prevê pausas para descanso, com ginástica e hidratação, mudança no cálculo da produtividade e adoção de itens de segurança, entre outros.

— Montamos esta mesa (com governo, empresários e trabalhadores) para poder resolver essas coisas que eram motivos utilizados contra nós no exterior — disse Lula. — Muitas vezes governantes europeus convidavam trabalhadores brasileiros para ir lá dizer isso e nós íamos inocentemente falar mal do nosso país, achando que estávamos ajudando.

As empresas que aderiram estão espalhadas em 20 estados. O presidente da União de Agroindústrias Canavieiras de São Paulo (Unica), Marcos Jank, disse que o próximo passo será o treinamento dos trabalhadores nos canaviais que perderão os empregos pela mecanização do setor.

O presidente da Contag, Alberto Broch, destacou os avanços, mas cobrou mais benefícios, como alimentação.

— Conquistamos a marmita quentinha, mas não conquistamos a comida na marmita — disse Broch.

Entre os usineiros que assinaram o compromisso, no Palácio do Buriti, estava o empresário Carlos Alberto Cavalcanti Farias, irmão de PC Farias — tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor. Ele representou os empresários da Bahia.

No evento, Lula voltou a defender os usineiros: — Eu até já fui criticado, porque uma vez fiz elogios.

Os usineiros eram tratados pelos políticos como os evangélicos.

Todo mundo quer o voto do evangélico, mas depois as pessoas têm vergonha de dizer que receberam apoio de determinado setor evangélico. Usineiro era tratado assim neste país, usineiro era tratado e vendido como se fosse, sabe, a coisa nefasta do setor empresarial brasileiro — disse Lula.

O presidente recebeu uma cesta de produtos da cana, incluindo rapadura, açúcar mascavo e um facão usado no corte.

O grupo Cosan, um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo, firmou ontem um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho, em que se compromete a regularizar os descontos nos salários de 8,9 mil cortadores de cana. Segundo denúncia encaminhada pela Justiça do Trabalho de Piracicaba ao procurador Nei Messias Vieira, a Cosan calculava os descontos referentes à alimentação dos

trabalhadores sobre o salário normativo da categoria, em vez do salário mínimo, como manda a lei.

Presidente Lula anuncia acordo entre cortadores de cana e usineiros – Sítio Eletrônico da Contag - 25/06/2009

O Termo de Compromisso será assinado pela Contag, governo federal e por cerca de 100 empresários do Nordeste e Centro-Oeste.
O resultado das negociações da Mesa de Diálogo do Setor Sucroalcooleiro, que reuniu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, (Contag), governo federal e representantes do setor patronal (Única e Fórum Nacional Sucroenergético), será anunciado nesta quinta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A cerimônia de assinatura do Termo de Compromisso para melhorar as condições de trabalho no setor da cana contará com a participação de cortadores de cana de todo o País no Palácio do Buriti, em Brasília, às 15h.

A Mesa de Diálogo surgiu a partir das reivindicações do Grito da Terra Brasil 2007 e foi coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República. Os representantes dos trabalhadores rurais, empresários e governo federal discutiram as propostas da Contag nos últimos três meses e formularam um Termo de Compromisso que receberá a adesão voluntária dos empresários do setor sulcroalcooleiro.

Conquistas O documento prevê a contratação direta dos trabalhadores manuais por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Essa medida elimina o "gato", intermediário que agencia o recrutamento e a contratação dos cortadores de cana. O Sistema Nacional de Emprego (Sine), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, será utilizado para nos processos de admissão de migrantes. A intervenção do Sine vai garantir o retorno dos contratados às suas cidades de origem após a época de colheita.

Os usineiros passarão a fornecer gratuitamente transporte seguro e equipamentos individuais de segurança de boa qualidade para os funcionários. Os empresários também deverão fornecer marmita térmica, garantir duas pausas coletivas durante o expediente diário de trabalho e dispor de mecanismos de aferição da produção previamente acertados com os sindicatos.

Homenagem O presidente Lula receberá uma cesta com rapadura, açúcar mascavo, moça-

branca (doce típico do interior do Goiás) e outros produtos derivados da cana de açúcar. A lembrança será entregue por dois cortadores de cana que trabalham em usinas localizadas nos municípios de Goianésia - Aparecida Soares dos Santos - e Santa Helena João Neto Fernandes. Os trabalhadores rurais vão trajar roupas de trabalho utilizadas nos canaviais e portar todos os equipamentos de segurança necessários para o desempenho seguro do corte de cana. O kit é composto por um par de luvas, boné com aba larga e proteção para o pescoço, protetor de braços, caneleiras, botinas, garrafão d'água e sacola de ferramentas com podão, facão e lima.

A cortadora de cana Aparecida Soares dos Santos tem 37 anos e desde os seis trabalha na colheita da cana. "Comecei muito cedo a trabalhar, ainda tenho muita disposição. Espero que estas medidas melhorem as condições", afirma a moradora de Santa Rita do Novo Destino (GO). Além dela, o marido e o filho de 20 anos também são cortadores de cana.

Ausência dos usineiros paulistas - O secretário de Assalariados e Assalariadas da Contag, Antônio Lucas, considera que o acordo representa um avanço histórico. No entanto, ele lembra que várias reivindicações dos trabalhadores rurais ainda não foram atendidas, a exemplo do fornecimento de alimentação de qualidade e gratuita. "Os usineiros fornecerão uma marmita térmica, mas não o que colocar nela", afirma o dirigente sindical.

Além dos trabalhadores rurais, cerca de cem usineiros das Regiões Nordeste e Centro Oeste vão participar da cerimônia para subscrever o Termo de Compromisso. Antônio Lucas questiona a ausência dos usineiros de São Paulo. "O estado responsável por 60% de toda a cana produzida do país não pode fugir da responsabilidade de garantir condições dignas para os cortadores de cana".

Os trabalhadores também entregaram ao presidente Lula dois banners com fotos de trabalhadores em lavouras de cana. A Contag quer que, após a reforma do Palácio da Alvorada, essas imagens sejam incorporadas ao painel fotográfico do Programa Nacional Biodiesel, exposto no hall de entrada do palácio.

Fonte: Juliana Oliveira, Agência Contag de Notícias

Presidente antecipa acordo com usineiros – Valor Econômico – Brasil – 16/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem na Organização Internacional do Trabalho (OIT) que na próxima semana trabalhadores, empresários e governo vão assinar um "acordo histórico" para melhorar as condições e relações de trabalho na produção de cana-de-açúcar. Para Lula, o trabalho no setor vai se tornar "mais digno e seguro" e a produção brasileira de biocombustíveis estará "cada vez mais cercada de garantias trabalhistas, ambientais e de segurança alimentar".

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, foi claro na explicação de que o acordo, que não é obrigatório, ajudará a convencer a União Europeia a comprar o etanol brasileiro. Segundo Lupi, 600 empresas, representando 70% dos produtores de cana-de-açúcar já aderiram ao programa. Elas vão receber um selo de qualidade para provar que respeitam as regras.

A expectativa do governo é de usar o mesmo tipo de "diálogo social para humanizar o trabalho" em outros setores, como na produção de soja, também alvo de ataques no exterior. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), tenta fazer um acordo com a OIT para mostrar que estimula o trabalho decente, mas a entidade visivelmente tem dúvidas a respeito.

O presidente Lula foi em diferentes ocasiões fortemente aplaudido também quando informou que o Congresso brasileiro acabou de aprovar, "por iniciativa do Executivo", a regularização de centenas de milhares de imigrantes que estava ilegais no país. Só de bolivianos são 50 mil, segundo ele.

"Alguns tentam transferir o ônus da crise para os mais fracos", acusou Lula. "É aqui que aparece a face oculta e cruel da globalização. Cresce a xenofobia e os trabalhadores imigrantes se tornam os bodes expiatórios", disse, numa clara crítica a políticas restritivas, sobretudo na Europa, e que afetam milhares de brasileiros. **(AM)**

Presidente Lula minimiza críticas às condições de trabalho nos canaviais – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira, durante assinatura do termo de compromisso para melhorar as condições de trabalho no setor canavieiro, que as críticas feitas sobre o assunto no exterior estão mais ligadas à disputa por espaços comerciais em áreas nas quais o Brasil não participava anteriormente.

Segundo o presidente, muita gente "não suporta ver que o Brasil é o maior exportador de carne, de minério de ferro, um dos maiores de soja". Lembrou, ainda, que no passado muitos governantes e organizações não-governamentais internacionais chamavam os trabalhadores rurais para denunciar maus tratos. "Eles iam porque achavam que, com isso, ajudariam o Brasil".

Lula lembrou que o país não quer mais ser tratado como uma nação de segunda categoria. "Certa vez, veio um dirigente estrangeiro me dizer que não poderia comprar o etanol brasileiro porque as condições de trabalho dos cortadores de cana brasileiro eram degradantes. Eu respondi que elas não eram piores do que as condições dos trabalhadores

das minas de carvão que fizeram a riqueza do país dele", disse o presidente, bastante aplaudido pelos presentes.

O termo de compromisso assinado ontem prevê, dentre outras coisas, a contratação direta dos trabalhadores por meio de registro em carteira de trabalho, eliminando os "gatos" (intermediários), o fornecimento por parte dos usineiros, de forma gratuita, de transporte seguro e equipamento individuais de segurança de boa qualidade para os trabalhadores, além de marmitas térmicas e duas pausas coletivas diárias durante o expediente.

Para Lula, é um grande avanço. "Há quarenta anos, isso seria impensável, pois os trabalhadores e empresários não se viam como atores da relação capital e trabalho, mas como inimigos".

Lula disse que também tinha esta mentalidade quando era sindicalista e que nunca imaginou tornar-se, um dia, o maior garoto-propaganda do etanol brasileiro. Por isso, afirmou não teme entrar no debate com as nações mais desenvolvidas.

"Quando o debate é sobre o produto deles, eles não querem imposto. Quando é o nosso etanol, eles querem taxa sobre taxa, para que a gente possa provar que o nosso produto é melhor que o deles", declarou Lula.

O presidente recebeu dois presentes durante o evento. O primeiro foi uma cesta com produtos feitos à base de cana, como açúcar, rapadura e moça-branca (doce típico do interior de Goiás). Também recebeu das mãos de alguns trabalhadores rurais um facão utilizado nos canaviais.

"Quando esse facão está na mão de um trabalhador ou de uma trabalhadora, ele não pode ser considerado uma arma, mas um instrumento de paz e trabalho", afirmou. Lula também enalteceu os empresários do setor, lembrando que eles muitas vezes são vistos, pelos políticos, como alguns setores evangélicos. "Todo mundo quer o voto dos evangélicos, mas depois têm vergonha de admitir esse apoio".

O presidente da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Única), Marcos Junk, lembrou que o setor sucroalcoleiro representa a segunda principal matriz energética brasileira, ficando atrás do petróleo e à frente da hidroeletricidade. Junk destacou, ainda, que 303 usinas, das 413 em funcionamento no país, aderiram ao termo de compromisso. "É uma prova que as relações entre o capital e o trabalho estão avançando", ressaltou o empresário.

IAC lança variedades de cana para o Cerrado – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 29/06/2009

O Instituto Agronômico de Campinas (IAC), vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, vai lançar no fim do ano quatro novas variedades de cana, das quais duas delas são adaptadas para a região do Cerrado brasileiro.

Na última terça-feira, o instituto paulista realizou um dia de campo em Goianésia (GO), na sede da usina Jalles Machado. Este evento foi considerado estratégico para o

Estado de São Paulo, uma vez que dará início à "exportação" da tecnologia canavieira para as novas fronteiras do país.

O grupo sucroalcooleiro Jalles Machado integra, desde 1994, o projeto de melhoramento genético de cana do IAC. Outras companhias que fizeram investimentos fora do eixo paulista também aderiram ao programa do instituto. Só em Goiás são 13 unidades produtoras que se associaram ao programa. Nos últimos anos, o Estado registrou um crescimento relâmpago de sua produção de cana, uma vez que grandes grupos anunciaram pesados aportes em projetos "greenfield" (construção a partir do zero) em Goiás.

As pesquisas de variedades de cana voltadas para as novas fronteiras agrícolas desenvolvidas pelo IAC começaram há alguns anos, explicou Marcos Landell, coordenador do centro de cana do instituto paulista. "Em 1994, o IAC redesenhou seu programa estratégico e decidiu ampliar sua rede de experimentos em campo", afirmou Landell.

O IAC colocou no mercado 38 variedades de cana-de-açúcar desde 1959, quando começou a desenvolver material genético para o setor sucroalcooleiro.

Das variedades lançadas pelo instituto, sete foram adaptadas para a região do Cerrado, mas nenhuma ainda tinha sido voltada para uma região específica. Nos próximos dois anos, o IAC terá matéria-prima própria para Goiás.

Há cerca de quatro anos, também foi iniciado um trabalho pioneiro no oeste baiano. "A região do oeste baiano também é considerada Cerrado, mas com altitude diferente", afirmou Landell. Nessas regiões, as novas variedades de cana têm grande tolerância à seca, uma vez que as áreas voltadas para o plantio possuem restrições hídricas.

Além de Goiás e do oeste baiano, o IAC também está desenvolvendo desde 2007 pesquisas voltadas para os canaviais de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão e Pará.

No exterior, o IAC também deu passos mais ambiciosos. Segundo Landell, o instituto tem encomendas feitas pelo México e Angola. "O México tem um histórico de baixa produtividade no setor canavieiro e, em Angola, o país está praticamente em reconstrução depois da guerra civil."

Os países africanos estão incentivando a produção de cana para produzir etanol. Em Angola, o grupo Odebrecht possui um projeto avançado de usina para produzir etanol. Já em Moçambique, onde a Açúcar Guarani, controlada pelo grupo francês Tereos, tem uma unidade produtora, o governo local quer atrair mais investimentos estrangeiros.

"Estamos coordenando cursos com representantes de países africanos e do México para que eles possam ampliar os conhecimentos sucroalcooleiros", afirmou Marcos Landell.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

Brasil precisa provar que etanol é sustentável, diz Bill Clinton – Sítio eletrônico da CNA – 02/06/2009

Convidado de honra do Ethanol Summit 2009, o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton falou o que ninguém queria ouvir em um evento feito para promover o combustível no mercado internacional. Na avaliação dele, o Brasil ainda precisa provar para o mundo que é capaz de produzir combustível renovável de forma sustentável.

"Se o mundo resolver ajudar o Brasil e importar mais etanol para resolver seu problema, poderemos aumentar a devastação da Amazônia", disse o ex-presidente, deixando a plateia meio desconcertada. Horas antes, representantes do setor davam como superada a polêmica sobre o impacto da cana-de-açúcar na Amazônia.

A palestra de Clinton foi a mais esperada do evento, que mais cedo contou com as presenças da ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; do governador de São Paulo, José Serra; do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, entre outros convidados.

Apesar da crítica, Clinton afirmou que o mundo já conhece o potencial do etanol feito da cana-de-açúcar, muito mais eficiente que os combustíveis feitos de outras fontes primárias, como o milho, nos Estados Unidos. Por isso, ele acredita que o Brasil precisa tomar algumas medidas que assegurem a sustentabilidade do combustível. "A partir daí vocês terão uma aceitação muito melhor no mundo." As informações são do jornal O Estado de S.Paulo.

Brasil precisa provar que etanol é sustentável, diz Bill Clinton – Renée Pereira, Eduardo Magossi e Gustavo Porto - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/06/2009

Convidado de honra do Ethanol Summit 2009, o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton falou o que ninguém queria ouvir em um evento feito para promover o combustível no mercado internacional. Na avaliação dele, o Brasil ainda precisa provar para o mundo que é capaz de produzir combustível renovável de forma sustentável.
"Se o mundo resolver ajudar o Brasil e importar mais etanol para resolver seu problema, poderemos aumentar a devastação da Amazônia", disse o ex-presidente, deixando a plateia meio desconcertada. Horas antes, representantes do setor davam como superada a polêmica sobre o impacto da cana-de-açúcar na Amazônia.
A palestra de Clinton foi a mais esperada do evento, que mais cedo contou com as presenças da ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; do governador de São Paulo, José Serra; do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, entre outros convidados.
Apesar da crítica, Clinton afirmou que o mundo já conhece o potencial do etanol feito da cana-de-açúcar, muito mais eficiente que os combustíveis feitos de outras fontes primárias, como o milho, nos Estados Unidos. Por isso, ele acredita que o Brasil precisa tomar algumas medidas que assegurem a sustentabilidade do combustível. "A partir daí vocês terão uma aceitação muito melhor no mundo."

Lula: melhora da imagem do etanol favorece Brasil – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que quanto melhor for a imagem da produção de etanol no mundo, mais vantagem terá o Brasil na disputa comercial. Lula fez a declaração no programa semanal de rádio "Café com o Presidente", ao falar sobre a assinatura do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na cana-de-açúcar. "Havia um ranço em relação às condições dos trabalhadores. A imagem é sempre muito negativa daqueles trabalhadores chamados de bóias-frias, comendo comida gelada, não tendo água para beber ou banheiro", afirmou, de acordo com a Agência Brasil.

Lula destacou, dentre os pontos do pacto, o fim do chamado "atravessador" ou "gato" - intermediador de mão de obra. "Muitas vezes, esse trabalhador (intermediado pelo 'atravessador') não era bem tratado", disse. Lula afirmou também que, a partir de agora, será garantida "maior transparência" na fiscalização da cana cortada. Segundo o presidente, os trabalhadores saberão antes o preço a ser pago e a forma de medição. Também ganharão equipamento de proteção individual

O novo termo bizarro da política do etanol americano – Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009

*Harry de Gorter e Erika Kliauga

Incluir o cálculo do efeito indireto das mudanças do uso da terra no "padrão de sustentabilidade" para produção de etanol restringe as exportações brasileiras para o mercado americano, pois este relaciona uso da terra com o desmatamento da Amazônia. No entanto, políticos do setor agrícola dos Estados Unidos ameaçam votar contra a legislação de mudança climática, a menos que Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency - EPA) exclua do cálculo do "padrão de sustentabilidade" as emissões de gases efeito estufa (GEE) geradas pelo uso indireto da terra. Este padrão requer que o etanol emita no mínimo 20% a menos CO2 em relação à gasolina, como condição para meta federal de consumo americano e subsídios.

A inclusão do uso indireto da terra para o cálculo do "padrão de sustentabilidade" é descabido por ser ilógico, ineficaz, impossível de medir e incoerente. Invés de tentar forçar um acordo sobre o cálculo deste padrão de sustentabilidade, o que nos parece impossível devidos aos quatro "i", sugerimos que maior ênfase seja dada às propostas relacionadas com compromissos de redução de emissão de GEE, como o sistema de comércio de licenças de emissões, chamado de "cap-and-trade".

O "padrão de sustentabilidade" é ilógico, porque o etanol é sustentável por definição. O CO2 sequestrado durante o crescimento da cana-de-açúcar é exatamente compensado pelas emissões desse gás quando da queima do combustível em autos. A mesma observação se aplica, por exemplo, a beber cachaça feita a partir da cana-de-açúcar. As emissões de CO2 no funcionamento de um carro não são piores do que as emissões de CO2 durante a digestão da cachaça. A única diferença é que o etanol pode substituir a gasolina e a cachaça, não. Para ser coerente, deveríamos ter um padrão mais rigoroso de sustentabilidade para produção de cachaça e sobre todos os outros produtos que utilizam cana-de-açúcar e podem impactar negativamente na saúde, como biscoitos, chocolates, gomas de mascar, caramelos etc, e não sobre o etanol que é utilizado como combustível.

O "padrão de sustentabilidade" é ineficaz porque é baseado na Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) do produto, que é um método de avaliação das emissões de GEE em todo o ciclo de vida da produção de gasolina e do etanol, análises que vão desde a produção do combustível até o final. Esta avaliação é também chamada de "análise do berço à cova". Embora teoricamente bastante atraente, a ACV não detecta se incentivos ao uso de fatores de produção considerados "limpos" são utilizados na produção de etanol (por exemplo, gás natural e terras anteriormente utilizadas para o cultivo de soja), os fatores considerados "sujos" (por exemplo, carvão e terras anteriormente dedicadas a florestas tropicais) que poderiam ter sido utilizados na produção de etanol e simplesmente serão utilizados por

outros produtores para fabricar produtos não abrangidos pela norma de sustentabilidade. Em suma, o "padrão de sustentabilidade" ignora outros produtos que estão contribuindo para emissão de GEE. Portanto, as medidas de ACV são errôneas e dão a falsa impressão de que com a produção e uso de etanol teremos uma redução na emissão de GEE.

O "padrão de sustentabilidade" é impossível de ser medido, uma vez que deve ir além da ACV e medir efeitos indiretos, incluindo os de mudança do uso da terra. O Conselho de Qualidade do Ar da Califórnia prometeu "avaliar a utilização do uso da terra e outros efeitos indiretos de todos os tipos de combustíveis". Desta forma, apenas no setor do petróleo, vários estudos terão que ser feitos para medir os efeitos diretos e indiretos da poluição por hidrocarbonetos na selva equatoriana, avaliar os custos de bem-estar mundial com o fortalecimento de injustos regimes políticos no Oriente Médio, além dos custos sociais, ambientais e de direitos humanos causados por empresas petrolíferas, como recentemente abordado pelo New York Times. Todo o exercício de medir estes efeitos indiretos tem se tornado uma chacota mundial.

O "padrão de sustentabilidade" é incoerente porque a atual legislação americana sobre o clima é baseada em sistemas de "cap-and- trade", segundo o qual todas as empresas precisam requerer licenças para emitir GEE. Ao adicionarmos este "padrão de sustentabilidade" ao sistema de cap-and-trade, estaremos penalizando duplamente a produção de etanol. Com a implementação do "cap-and-trade", qualquer norma de sustentabilidade ao etanol torna-se redundante, pois a total utilização de combustíveis fósseis será limitada. O Brasil por sua vez, já possui elevados impostos sobre o petróleo, colaborando muito mais do que os EUA na redução das emissões de CO2. Por que impor ainda mais exigências sobre o Brasil?

Para piorar, o "padrão de sustentabilidade" desvia a atenção das políticas de energia renovável, políticas contraditórias e de alto custo, como a tarifa de importação que bloqueia as exportações brasileiras e os subsídios para a produção do etanol americano e do milho. A tarifa é contraditória porque o etanol da cana-de-açúcar emite menores níveis de GEE. Pesquisas publicadas por Gorter mostram que essas políticas geram ineficiência econômica em dezenas de bilhões de dólares por ano.

Concluindo, a política do "padrão de sustentabilidade" de etanol, um conceito ilógico, ineficaz, impossível de se medir e incoerente, pode inviabilizar a legislação de mudanças climáticas. Ao contrário, a legislação proposta - que está em perigo de ser alterada - é uma taxa sobre o carbono, implícita e na forma de sistema de comércio de licenças de emissões "cap-and-trade" que abrange todos os setores relevantes da economia de forma justa e eficiente. "Justa" e "eficiente", no entanto, não são conceitos usados para descrever as normas de sustentabilidade sobre o etanol.

Harry de Gorter é professor do Departamento de Economia Aplicada na Universidade de Cornell.

Erika Madeira Kliauga é pesquisadora associada do Departamento de Economia Aplicada na Universidade de Cornell.

Publicado 29/06 no Valor Econômico

Ruralistas dos EUA minam etanol do Brasil **– Sítio Eletrônico da CNA – 29/06/2009**

A combalida indústria de etanol dos Estados Unidos ganhou novo fôlego na semana passada, quando seus aliados no Congresso americano deram um passo significativo para impedir o governo federal de impor restrições que as usinas consideram uma ameaça à sua sobrevivência.

A legislação dos EUA condiciona o avanço dos biocombustíveis no país a reduções substanciais nas emissões dos gases que contribuem para o aquecimento global, e a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) propôs recentemente a adoção de novos critérios para avaliar o impacto dos vários tipos de biocombustível.

Na semana passada, a bancada que defende os interesses dos fazendeiros americanos no Congresso convenceu os aliados do governo no Partido Democrata a interromper esse processo, suspendendo por cinco anos a adoção da metodologia proposta pelos ambientalistas e determinando que o governo faça novos estudos antes de implementá-la.

Diversos dispositivos para proteger as usinas de etanol foram incluídos num projeto de lei sobre mudanças climáticas que a Câmara dos Representantes dos EUA aprovou sexta-feira, após meses de discussão. As concessões feitas à bancada ruralista foram cruciais para assegurar a aprovação do projeto, que agora será debatido pelo Senado.

A mudança poderá prejudicar usineiros brasileiros interessados em exportar álcool para os EUA. As usinas do Brasil são bem mais eficientes que as americanas e podem ser beneficiadas pelas normas defendidas pela EPA. Se a mudança for confirmada pelo Senado, as usinas americanas ganharão tempo para se expandir livres das restrições propostas pelos ambientalistas.

No centro dessa discussão está um aspecto polêmico da metodologia da EPA. Além de emissões de gases-estufa associadas à produção e à distribuição de biocombustíveis, a

agência quer contabilizar emissões associadas ao desmatamento e a outras mudanças no uso da terra atribuídas à expansão das usinas.

Essa metodologia é especialmente prejudicial para as usinas americanas, que usam milho para produzir etanol. Cálculos preliminares apresentados em abril pela EPA sugerem que o etanol de milho é pior para o clima do planeta que a gasolina, se forem considerados efeitos indiretos como a expansão do plantio de soja em lugares como o Brasil.

O projeto aprovado sexta-feira determina que o governo considere somente os efeitos indiretos verificados no país em que o biocombustível for produzido, ignorando mudanças no uso da terra em outras regiões do mundo. Isso ajudaria as usinas de etanol de milho a se enquadrar nas exigências estabelecidas pela legislação americana.

"Penalizar os biocombustíveis por decisões tomadas em outras partes do mundo é um desafio à lógica", disse o presidente da Associação dos Combustíveis Renováveis, (RFA, na sigla em inglês), Bob Dinneen, principal porta-voz das usinas americanas.

No caso do álcool brasileiro, que é feito de cana-de-açúcar, os efeitos indiretos atribuídos pela EPA à produção do combustível ocorrem no território brasileiro e continuariam sendo contabilizados. "Essa mudança melhora artificialmente a imagem do etanol de milho e seu resultado é discriminatório para o Brasil", disse o representante da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) nos EUA, Joel Velasco.

Metas definidas em lei obrigam as refinarias dos EUA a adquirir todos os anos volumes crescentes de biocombustíveis para misturá-los à gasolina, mas fixam um limite para a produção de etanol de milho e determinam que a partir de 2015 as refinarias comprem volumes maiores de combustíveis capazes de assegurar cortes significativos nas emissões de gases-estufa.

Se os critérios propostos pela EPA fossem aplicados hoje, somente o álcool brasileiro poderia atender a essa exigência, mesmo se sua contribuição para o desmatamento e outros efeitos indiretos fossem levados em conta. Biocombustíveis avançados como o etanol celulósico, que prometem benefícios ambientais maiores, ainda não são produzidos em escala comercial.

Os EUA devem consumir 42 bilhões de litros de biocombustíveis neste ano, e as usinas americanas têm condições de atender à maior parte dessa demanda. A legislação determina que o consumo americano atinja 136 bilhões de litros em 2022, quando 79 bilhões de litros teriam que ser adquiridos de produtores mais eficientes que os atuais.

As usinas de etanol de milho temem que seus competidores brasileiros ganhem espaço no mercado americano se tecnologias mais limpas não se tornarem viáveis até lá e

por isso mobilizaram seus aliados no Congresso para deter os ambientalistas. Muitas usinas americanas têm enfrentado dificuldades financeiras e pelo menos 23 fecharam as portas recentemente.

Autor: Ricardo Baltazar – Valor Econômico – publicado em 29/06

Ruralistas dos EUA minam etanol do Brasil – Ricardo Bathazar – Valor Econômico – Agronegócios – 29/06/2009

A combalida indústria de etanol dos Estados Unidos ganhou novo fôlego na semana passada, quando seus aliados no Congresso americano deram um passo significativo para impedir o governo federal de impor restrições que as usinas consideram uma ameaça à sua sobrevivência.

A legislação dos EUA condiciona o avanço dos biocombustíveis no país a reduções substanciais nas emissões dos gases que contribuem para o aquecimento global, e a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) propôs recentemente a adoção de novos critérios para avaliar o impacto dos vários tipos de biocombustível.

Na semana passada, a bancada que defende os interesses dos fazendeiros americanos no Congresso convenceu os aliados do governo no Partido Democrata a interromper esse processo, suspendendo por cinco anos a adoção da metodologia proposta pelos ambientalistas e determinando que o governo faça novos estudos antes de implementá-la.

Diversos dispositivos para proteger as usinas de etanol foram incluídos num projeto de lei sobre mudanças climáticas que a Câmara dos Representantes dos EUA aprovou sexta-feira, após meses de discussão. As concessões feitas à bancada ruralista foram cruciais para assegurar a aprovação do projeto, que agora será debatido pelo Senado.

A mudança poderá prejudicar usineiros brasileiros interessados em exportar álcool para os EUA. As usinas do Brasil são bem mais eficientes que as americanas e podem ser beneficiadas pelas normas defendidas pela EPA. Se a mudança for confirmada pelo Senado, as usinas americanas ganharão tempo para se expandir livres das restrições propostas pelos ambientalistas.

No centro dessa discussão está um aspecto polêmico da metodologia da EPA. Além de emissões de gases-estufa associadas à produção e à distribuição de biocombustíveis, a agência quer contabilizar emissões associadas ao desmatamento e a outras mudanças no uso da terra atribuídas à expansão das usinas.

Essa metodologia é especialmente prejudicial para as usinas americanas, que usam milho para produzir etanol. Cálculos preliminares apresentados em abril pela EPA sugerem que o etanol de milho é pior para o clima do planeta que a gasolina, se forem considerados efeitos indiretos como a expansão do plantio de soja em lugares como o Brasil.

O projeto aprovado sexta-feira determina que o governo considere somente os efeitos indiretos verificados no país em que o biocombustível for produzido, ignorando mudanças no uso da terra em outras regiões do mundo. Isso ajudaria as usinas de etanol de milho a se enquadrar nas exigências estabelecidas pela legislação americana.

"Penalizar os biocombustíveis por decisões tomadas em outras partes do mundo é um desafio à lógica", disse o presidente da Associação dos Combustíveis Renováveis, (RFA, na sigla em inglês), Bob Dinneen, principal porta-voz das usinas americanas.

No caso do álcool brasileiro, que é feito de cana-de-açúcar, os efeitos indiretos atribuídos pela EPA à produção do combustível ocorrem no território brasileiro e continuariam sendo contabilizados. "Essa mudança melhora artificialmente a imagem do etanol de milho e seu resultado é discriminatório para o Brasil", disse o representante da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) nos EUA, Joel Velasco.

Metas definidas em lei obrigam as refinarias dos EUA a adquirir todos os anos volumes crescentes de biocombustíveis para misturá-los à gasolina, mas fixam um limite para a produção de etanol de milho e determinam que a partir de 2015 as refinarias comprem volumes maiores de combustíveis capazes de assegurar cortes significativos nas emissões de gases-estufa.

Se os critérios propostos pela EPA fossem aplicados hoje, somente o álcool brasileiro poderia atender a essa exigência, mesmo se sua contribuição para o desmatamento e outros efeitos indiretos fossem levados em conta. Biocombustíveis avançados como o etanol celulósico, que prometem benefícios ambientais maiores, ainda não são produzidos em escala comercial.

Os EUA devem consumir 42 bilhões de litros de biocombustíveis neste ano, e as usinas americanas têm condições de atender à maior parte dessa demanda. A legislação determina que o consumo americano atinja 136 bilhões de litros em 2022, quando 79 bilhões de litros teriam que ser adquiridos de produtores mais eficientes que os atuais.

As usinas de etanol de milho temem que seus competidores brasileiros ganhem espaço no mercado americano se tecnologias mais limpas não se tornarem viáveis até lá e por isso mobilizaram seus aliados no Congresso para deter os ambientalistas. Muitas usinas americanas têm enfrentado dificuldades financeiras e pelo menos 23 fecharam as portas recentemente.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL